



M 2020

U. PORTO
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:

**UM ESTUDO DE CASO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL**

VALÉRIA REGINA DA SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Gestão da informação em repositórios institucionais: um estudo de caso da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro

VALÉRIA REGINA DA SILVA

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação,
orientada pela Professora Doutora Olívia Pestana

Membros do Júri:

Professor Doutor António Manuel Lucas Soares, Professor Associado da
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Professora Doutora Cristina Vieira de Freitas, Professora Auxiliar da Faculdade
de Letras da Universidade de Coimbra.

Professora Doutora Olívia Manuela Marques Pestana, Professora Auxiliar da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Aos meus filhos Rubens Júnior e Rebeca.

Agradecimentos

Na elaboração deste trabalho foram vários os que contribuíram para que fosse possível atingir o fim desta dissertação e agradeço a todos, em especial:

A minha orientadora Profa. Dra. Olívia Pestana pelo apoio, incentivo e confiança no meu trabalho.

Ao Coordenador do MCI Prof. Dr. António Lucas Soares pela oportunidade e incentivo durante todo o curso.

A todos os professores do MCI pelo profissionalismo e compreensão das dificuldades de cada aluno.

À secretária do curso Sandra Reis por toda receptividade e orientações tão necessárias durante essa jornada.

Ao Dr. José Leite, Procurador Chefe da Procuradoria da República do Maranhão e Flávio Matos, Secretário Estadual da PRMA por acreditarem que a educação continuada é um meio eficaz para promover o serviço público a um nível de excelência e por terem essa sensibilidade permitiram que eu pudesse cursar o MCI.

À Luciana Araújo Gomes de Souza, Coordenadora de Biblioteca e Pesquisa do Ministério Público Federal Brasileiro– PGR/COBIP e Larissa dos Santos Mendes Girardi, chefe da Divisão de Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro– PGR/DBD pela contribuição significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao chefe da COJUD, Danilo Lima Maciel, e aos colegas de trabalho Tarcísio Lucena e Penha que supriram minha ausência na instituição para que eu pudesse ser licenciada.

À Mariane Chefe da DIGEP/PRMA que deu apoio para que se concretizasse minha licença para estudo;

À ex-estagiária da Biblioteca da PRMA, Luciene Silva que me deu acesso às fontes de pesquisa das quais precisei.

A minha família que esteve ao meu lado durante todo esse percurso, em especial aos meus filhos Rubens Júnior e Rebeca, a minha mãe, meu sobrinho Bruno Guimarães e ao meu marido, que foi meu grande incentivador e professor Dr. Rubens Soeiro Gonçalves que esteve ao meu lado e me deu a força necessária para continuar

Aos meus colegas de curso, em especial Itapuana Gonçalves, Beatriz Parrado e Igor Mendes pela parceria e animados trabalhos em grupo.

Aos meus amigos Flor, Karla e Crisóstomo pelas palavras de incentivo e o apoio que precisei.

Resumo

A presente pesquisa corresponde ao estudo de caso da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal e tem como objetivo geral realizar uma breve análise da eficácia da BDMPF para a organização da informação do MPF. É uma pesquisa exploratória que traz uma abordagem quantitativa devido a análise das estatísticas do sistema DSpace para visualizações, busca e fluxo de submissão, além de uma abordagem qualitativa. Faz uso da técnica da observação para análise do cenário estudado e aplicação de entrevista aos diretores da BDMPF. Além do uso da pesquisa bibliográfica e documental para coleta de informações necessárias para subsidiar a pesquisa com fontes confiáveis e com análise das políticas e manuais adotados pela instituição. Avalia outros órgãos do setor público sobre o uso de repositórios institucionais com um breve comparativo entre as instituições. Apresenta a estrutura da BDMPF por meio das suas coleções e metadados e aborda propostas com base no uso de vocabulários controlados, ontologias e taxinomias para uma melhor representação do conhecimento existente na base. Propõe algumas intervenções para melhoria da plataforma e finaliza com relatório de auditoria da biblioteca com base na ISO de diretrizes para auditoria de sistemas de gestão e indicadores de desempenho da biblioteca. Por fim, pretende-se levantar dados importantes norteadores aos gestores para avaliação da continuidade ou não do projeto BDMPF, verificando se há multiplicidade de plataformas e esforços que tenham a mesma funcionalidade e propósitos respectivamente.

Palavras-chave: biblioteca digital, repositório institucional, gestão da informação, organização da informação.

Abstract

The present research corresponds a study of case applied at Digital Library of Federal Public Prosecutor's Office and its general target is to carry out a brief analysis of the effectiveness of the BDMPF for the organization of information of the MPF. It is an exploratory research that brings a quantitative approach due analysis of the DSpace system statistics for visualizations, search and submission flow, beyond a qualitative approach. Makes use of the observation technique to analyze the studied scenario and application of interviews to the BDMPF directors. Beyond the use of bibliographic and documentary research to collect the information necessary to support research with reliable sources and with analysis of the policies and manuals adopted by the institution. It evaluates other public sector on the use of institutional repositories with a brief comparison between institutions. It presents the structure of the BDMPF through its collections and metadata and addresses proposals based on the use of controlled vocabularies, ontologies and taxonomies for a better representation of the existing knowledge in the database. It proposes some interventions to improve the platform and concludes with the library's audit report based on the ISO guidelines for auditing management systems and library performance indicators. Finally, it is intended to collect important datas guiding managers to assess the continuity or not of the BDMPF project, checking if there are multiple platforms and efforts that have the same functionality and purposes respectively.

Keywords: digital library, institutional repository, information management, information organization.

Lista de ilustrações

Figura 1 - Complexidade dos SOC	33
Figura 2 - Organograma do MPB	38
Figura 3 - Mapa estratégico do MPF	39
Figura 4 - Tabela unificada do CNMP área-meio	42
Figura 5 - Organograma da SEJUD	47
Figura 6 - Página inicial da BDMPF	51
Figura 7 - Registro de metadados	52
Figura 8 - Registro de metadados dc.	52
Figura 9 - Registro de metadados Person	53
Figura 10 - Registro de metadados dc terms	53
Figura 11 - Portarias sem título	54
Figura 12 - Documento com restrição de acesso	55
Figura 13 - Requisição de cópia de documento com acesso restrito	55
Figura 14 - Relação dos autores	56
Figura 15 - Lista inicial da navegação por assunto.....	56
Figura 16 – Continuação de lista assuntos do repositório	57
Figura 17 - Lista de categoria de assunto na catalogação.....	57
Figura 18 - Resultado de busca no DSpace	58
Figura 19 - Resultado de busca no Google	58
Figura 20 - Gráfico de quantitativo de itens por coleção	60
Figura 21 - Gráfico de tendência de visualização por coleção	60
Figura 22 – Subgráfico de tendência de visualização por coleção.....	61
Figura 23 - Gráfico comparativo do percentual de uso, busca e fluxo de submissão na mesma coleção.....	61
Figura 24 - Gráfico comparativo de uso, busca e fluxo de submissões entre coleções	62
Figura 25 - Gráfico de dados gerais de busca e fluxo de submissões por período determinado	63
Figura 26 - Gráfico de correlação da visualização das subcomunidades na coleção atos administrativos	63
Figura 27- Gráfico de percentual global de visualização, busca e fluxo da Coleção de Atos Administrativos por subcomunidade	64
Figura 28 - Gráfico de quantitativo de usuários por período	64
Figura 29 - Gráfico de total de usuários	65
Figura 30 - Estrutura de descrição da taxonomia em XML no DSpace.....	69
Figura 31 - Vocabulário controlado a partir de input-forms.xml.....	70
Figura 32 - Exemplo de nome de autor vinculado a uma chave de autoridade..	70

Lista de abreviaturas e siglas

BDMPF	Biblioteca Digital do Ministério Público Federal
CCRMPF	Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
COBIP	Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa
CSMPF	Conselho Superior do Ministério Público Federal
CMPF	Corregedoria do Ministério Público Federal
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
DBD	Divisão de Biblioteca Digital
MPF	Ministério Público Federal
PRDF	Procuradoria da República do Distrito Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
PRs	Procuradoria da República nos Estados
PRRs	Procuradorias Regionais da República
SEJUD	Secretaria Jurídica e de Documentação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho

Sumário

1.	Introdução	10
2.	Referencial teórico.....	13
2.1	Relação interdisciplinar entre Direito e Ciência da Informação	13
2.2	Breve enfoque sobre Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.....	15
2.3	Repositórios Institucionais.....	21
2.3.1	Preservação Digital.....	23
2.3.2	Metadados	25
2.3.3	Modelo OAIS	28
2.3.4	DSpace.....	30
2.4	A organização da informação em repositórios institucionais	31
3	Metodologia.....	34
4	Estudo de caso: a Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro....	37
4.1	Abordagem sobre o Ministério Público Federal.....	37
4.2	Abordagem do desenvolvimento da Biblioteca digital no setor público	42
4.3	Apresentação da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal.....	47
4.3.1	Avaliação do progresso e dificuldades enfrentadas pela BDMPF	65
4.3.2	Análise da adequabilidade do DSpace, viabilidade de expansão e relatório de auditoria da BDMPF.....	67
5	Conclusão	79
6	Referências bibliográficas	81

1. Introdução

A gestão da informação e do conhecimento no âmbito das instituições públicas têm sido regulamentadas pela legislação e impulsionadas pelos avanços de recursos tecnológicos. Ao passo em que a sociedade avança na temática de acesso à informação, as instituições precisam acompanhar esse ritmo de mudança comportamental, quer seja pela necessidade de prestação jurisdicional eficiente quer seja pela cobrança legal vigente.

A partir desta nova realidade, as instituições públicas também estão sob o efeito das transformações administrativas que visam o acompanhamento do novo perfil social, de cidadãos mais ativos e conscientes do uso dos recursos públicos e, portanto, há uma grande preocupação dos gestores quanto aos esforços para o uso eficiente e racional desses recursos. Ambientado neste cenário de mudanças comportamentais e tecnológicas, o Ministério Público Federal iniciou uma série de estudos para mapeamento e elaboração do seu novo modelo de gestão baseado no planejamento estratégico adotado que surgiu em decorrência do processo de modernização, o qual teve como principal objetivo:

tornar a instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando a agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional, visando a melhoria dos serviços prestados à sociedade brasileira (GESTÃO).

O planejamento estratégico organizacional teve como produto, além de vasto memorial documental, um mapa estratégico que instituiu o plano de negócio com seus indicadores interno e externos, missão, valores e visão, com destaque para este último quando se propõe, “até 2020, ser reconhecido, nacionalmente e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção”, conforme o disposto na figura 3. Diante deste cenário, o MPF continua se aperfeiçoando ao longo dos anos para se estruturar adequadamente e prover à população um trabalho de excelência. Como progresso oriundo da modernização, a documentação do MPF que antes era apenas física, atualmente está híbrida, com vistas, a um futuro bem próximo, se tornar majoritariamente ou exclusivamente em suporte digital, compreendendo desde sua criação à tramitação, conforme o previsto na Portaria PGR/MPF 350 de 28 de abril de 2017¹ que dispõe sobre o Sistema Único “como meio eletrônico de prática de atos administrativos, procedimentais e processuais e de registro, distribuição, tramitação, instrução e controle de documentos, procedimentos e processos”, o que se conclui como

¹ <http://hdl.handle.net/11549/104394>

uma orientação normativa para que os documentos, processos e informações institucionais tramitem expressamente em formato digital. Esse sistema é a plataforma digital desenvolvido pelo próprio MPF para dar suporte a essa nova proposta de fluxo documental e informacional. Contudo, esse sistema não é exclusivo nessa missão, tem outros que serão descritos ao longo da pesquisa, com destaque para Biblioteca Digital do MPF-BDMPF, verificando como organização da informação em repositório institucional jurídico pode contribuir de forma eficaz para a instituição. O foco dado a essa temática é correspondente à parte prática da organização da informação digital para fins de recuperação. É algo que antecede à customização do sistema que irá suportar os dados recebidos, pois envolve análise de políticas adequadas quer sejam referentes à descrição, que sejam referentes à preservação; considerando também aspectos quanto sua estrutura, responsável pelo desenvolvimento e manutenção do projeto de biblioteca digital.

O tema proposto tem relevância científica, pois contribui para literatura da área de ciência da informação numa perspectiva mais prática sobre o uso de repositórios digitais como instrumento para organização da informação institucional. Destarte, o caráter social dessa temática corresponde à contribuição quanto aos dados e informações coletados que poderão subsidiar futuramente uma reavaliação institucional sobre a continuidade ou não do repositório, considerando o enfoque da economicidade, uma vez que os órgãos públicos devem gerir com responsabilidade seus recursos humanos e materiais que são oriundos da receita pública. Sugere-se ainda como contribuição, a possibilidade da reutilização desse estudo por outros órgãos governamentais que possuam problemática semelhante e que poderá nortear avaliações sobre implantação e implementação da prática atual.

A motivação para o desenvolvimento dessa investigação surgiu após indagações durante a utilização do sistema da BDMPF como atividade diária de trabalho da pesquisadora, o que foi ponto de partida para a propositura do estudo sobre o projeto da Biblioteca Digital do MPF e do seu respectivo sistema de gerenciamento, o DSPACE, para verificar sua viabilidade de expansão e sua eficácia na organização da informação jurídica da instituição acolhedora, pois a criação e implantação da Biblioteca Digital do MPF impulsionou mais uma plataforma para gestão do conteúdo da instituição, em meio aos diversos sistemas que já são utilizados, assim, como certificar sua utilidade e qual sua efetiva contribuição para a organização da informação no âmbito institucional? Qual possibilidade de expansão para outros ramos do Ministério Público? Esses questionamentos são oportunos devido ao cenário atual de expansão do Ministério Público que tem por meta a excelência na prestação jurisdicional, além da necessidade real de verificar o contributo de diversos outros sistemas desenvolvidos na instituição

que podem concorrer ou complementar as atividades da BDMPF. Pretende-se responder a esses questionamentos e servir como estudos introdutórios de novos olhares voltados para este tema, trabalhando em favor dos demais profissionais que desenvolvem diariamente a gestão do conhecimento na instituição. Portanto, apresenta como objetivo geral a análise da eficácia da BDMPF para a organização da informação no Ministério Público Federal Brasileiro e propõe os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os dados sobre o atual desenvolvimento e eventuais obstáculos para o progresso do projeto BDMPF;
- Analisar a efetiva utilização da BDMPF pela instituição;
- Mapear o processo de organização da informação no âmbito da BDMPF;
- Avaliar a adequabilidade do software DSPACE utilizado pela BDMPF;
- Avaliar a viabilidade de expansão do projeto da BDMPF para outros ramos do Ministério Público Brasileiro;
- Elaborar relatório de auditoria à BDMPF com recomendações para a evolução da plataforma

Almeja-se ao final do estudo levantar dados importantes que poderão nortear tomada decisão pela continuidade ou não do projeto BDMPF, verificando se há multiplicidade de plataformas e esforços que tenham a mesma funcionalidade e propósitos respectivamente. Além da produção do estudo da viabilidade de expansão do âmbito de atuação para outros ramos do Ministério Público Brasileiro. Para uma melhor compreensão do que se pretende, a pesquisa foi estruturada em 5 capítulos da seguinte forma: capítulo 1 corresponde a parte introdutória com indicação da temática, motivação, objetivo geral e específicos; no capítulo 2 há o referencial teóricos com a literatura necessária para subsidiar a pesquisa; no capítulo 3 é pormenorizada a metodologia aplicada neste estudo; o capítulo 4 corresponde ao estudo de caso em si, organizado para contextualizar o campo de estudo, avaliar e analisar as dificuldades e progressos da BDMPF; por fim, no capítulo 5 são apresentadas as conclusões e as perspectivas de desenvolvimento.

2. Referencial teórico

2.1 Relação interdisciplinar entre Direito e Ciência da Informação

Ao se propor a abordagem sobre a temática da organização da informação num repositório institucional no contexto de um ambiente jurídico, faz-se necessário mapear alguns aspectos interdisciplinares do campo de atuação do Direito e da Ciência da Informação. Contudo, não é escopo deste trabalho o aprofundamento nessa seara de discussão que envolve essa temática, mas mapear superficialmente pontos convergentes e contribuições de cada ramo com enfoque na informação.

Nesta direção, é oportuno trazer o que Pombo (2008, p.13) afirma como “algo que, quando se ultrapassa essa dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, os coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade”. Nesse mesmo entendimento, Silva (2012, p.15) traz também uma breve compilação de aspectos da interdisciplinaridade, como “linguagem parcialmente comum; coesão entre saberes; integração disciplinar; partilha de objectivos comuns; transferência de problemática, conceitos e métodos; multiplicidade de métodos; e tênue fronteira disciplinar.” Essas breves anotações sobre interdisciplinaridade são oportunas porque possibilitam o entendimento de como a ciência pode se organizar de forma abrangente e interligada, em que o conhecimento humano e sua prática de pesquisa não fique estanque e compartimentalizado.

Para o início desse diálogo interdisciplinar Silva (2012, p.15-16) ressalta como princípio da discussão:

O pressuposto da existência de relações interdisciplinares, entre Ciência da Informação e Direito, decorre de outro mais geral e essencial, que consiste em aceitar ambas como ciências sociais [...]. Ciências sociais são um ramo da ciência que estuda os aspectos sociais do mundo humano, ou seja, a vida social de indivíduos e grupos humanos[...]. O campo das problemáticas das ciências sociais é imensamente vasto para ser incluído ou reduzido uma única disciplina.

É possível abstrair que o ponto incipiente de intercessão desses dois ramos do saber proposto pelo autor é sua caracterização como ciência social, da qual decorrem aspectos complexos quanto ao seu objeto de estudo ser proveniente do âmbito social da relação humana e para consubstanciar essa caracterização, o autor também analisou o

enquadramento do método quadripolar “concebido como impulsionador de uma dinâmica investigativa, não-linear ou por etapas rectilíneas e progressivas, assente em quatro pólos interactivos em espiral (pólo epistemológico, teórico, técnico e morfológico)” (SILVA, Incursões, 2012, p.20), como proposta de cientificidade das ciências sociais na quais estão enquadradas as duas áreas em questão.

Prosseguindo com os apontamentos da literatura nessa temática, observa-se que Martins e Almeida (2012, p.50) pontua que:

A noção de documento responderia ao primeiro nível de interdisciplinaridade entre Direito e Ciência da Informação, isto é, a comunicação de conceitos e teorias. Nesse sentido, a teoria do documento e da informação como coisa poderiam contribuir para ampliar o entendimento de documento em Direito, ao mesmo tempo em que o atributo da evidência recolocaria no âmbito da Ciência da Informação a importância da prova para considerar a objetividade do documento face à subjetividade presente na noção de informação.

Nesta outra perspectiva, a autora traz uma abordagem mais tradicional sobre a interligação das duas áreas de conhecimento por meio das noções elementares sobre conceito do documento por meio dos seus “atributos de informatividade, materialidade, autenticidade, integridade e como meio de prova”(MARTINS; ALMEIDA, 2012, p.150), o que se permite considerar o foco elementar para contributo da Ciência da Informação ao Direito.

Ainda sobre essa interdisciplinaridade proposta entre CI e Direito, Barros (2016, p.23) evidencia essa aproximação entre as duas áreas do saber através “da integração de conceitos e aportes teóricos, com as vistas ao estabelecimento de estratégias de buscas adequados à obtenção de informações e argumentos contidos em decisões judiciais, úteis à sustentação de teses e fundamentação de estudos jurídicos”. Nesse entendimento, o enfoque é sobre a ótica da jurisprudência como elo entre as essas Ciências, a partir de meios de buscas eficientes para a construção do conhecimento jurídico necessário para causa em que está sendo aplicado.

Outra aproximação importante é a destacada por Luísa Neto (2016, p.53) em que “acresce que os circuitos de informação se desenvolvem num duplo sentido, complementar, de mundialização e localização” atribuindo um novo sentido para o papel do Estado para os ideais de uma sociedade mais transparente impulsionado pelos novos meios tecnológicos, em que a informação tem destaque na esfera pública e como pré-condição para cidadania. A autora se refere a uma nova postura da esfera pública frente a informação numa sociedade globalizada.

Além dessas noções temáticas, outras mais atuais também podem ser abrangidas nessa interdisciplinaridade como é possível destacar: direito autoral, crimes cibernéticos, fake news que possuem como assunto basilar o estudo das fontes documentais e de pesquisa

como construtor de um conhecimento interdisciplinar, além da forte presença de jurisprudência no direito brasileiro como recurso de fonte de pesquisa. Quanto ao tocante à organização do conhecimento, Silva (Incursões, 2012, p.23) sugere que “na área da organização e representação da informação vislumbra-se a possibilidade de investigação aplicada em que os sistemas (tecnológicos) de informação estão plenamente implicados, oferecendo cada vez mais eficientes e rápidas soluções em nível de metainformação ou metadados.” Tal enfoque é primordial nesse âmbito da questão que esse projeto de pesquisa irá se ater.

Assim, nesse apanhando geral, em que foram apresentadas diferentes abordagens interdisciplinares, quer seja pela discussão sobre cientificidade das ciências sociais, quer seja pela noção de documento, quer seja também pelas fontes de pesquisa, como no caso específico da jurisprudência ou pela informação como condição de cidadania que foi pensado ressaltar esse caráter interdisciplinar do Direito e da Ciência da informação, uma vez que esta é o suporte informacional da primeira e que nesse ciclo de retroalimentação é importante que ambas estejam em perfeita sintonia.

2.2 Breve enfoque sobre Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento

Na sociedade atual em que a informação e o conhecimento são os elementos chave para tomada de decisão no âmbito das organizações, é importante que mecanismos de agregação, preservação e disseminação desses dois elementos sejam implementados em cada instituição para que esta se mantenha com solidez e competitiva no mercado. Assim, almejando clarear os conceitos oriundos dessas duas abordagens, mais precisamente em que ponto convergem e onde divergem, e para se sustentar a ideia de correlação e de dependência entre os temas, surge o questionamento se é possível haver gestão do conhecimento sem gestão da informação. A essa questão há vários posicionamentos na literatura divergentes, mais pontualmente quanto ao limite conceitual de cada abordagem, pois alguns autores concordam com a confluência dos dois temas, outros não reconhecem a gestão do conhecimento como algo inovador que veio contribuir de forma significativa para mudanças conceituais acadêmicas, mas apenas trouxe uma nova forma de fazer dentro das organizações. “Assim, o processo em si não é algo novo. O que aparece como novidade é a postura de reconhecer o conhecimento como um ativo corporativo e entender a necessidade de geri-lo e cercá-lo do mesmo cuidado dedicado à obtenção de valor de ativos mais tangíveis.” (OLIVEIRA, 2005).

Destarte, é recorrente na literatura um posicionamento crítico sobre a interrelação entre esses dois conceitos, para confirmação de tal entendimento, Wilson (2002 apud MARCIAL, 2006, p. 46) expõe que:

En cuanto a la naturaleza de la relación entre gestión de la información(GI) y gestión del conocimiento(GC), es posible identificar tres tendencias fundamentales; una, que concibe la GC como un estadio superior de la GI; otra, mantiene que la GC es una parte integrante de la GI; y una tercera afirma que ambas actividades forman aparte, entre otras, de la gestión de contenidos. E incluso, existe un punto de vista que sostiene la inadecuación del uso del término GC para designar actividades que se contemplan en la GI.

Assim, é possível inferir que a gestão do conhecimento se configura por estar relacionada com o conteúdo intelectual do capital humano das organizações, mais precisamente no conhecimento tácito do indivíduo, e também tem relação com o conhecimento explícito das organizações. Mas quando se trata de conhecimento tácito, está sendo descrito que cada indivíduo, com seus modelos mentais natos e internalizados possa contribuir para que ocorra um processo de gestão do conhecimento com êxito para instituição a que está vinculado. Assim, há se de ser feito o seguinte questionamento, é possível delinear qual o limite desse conhecimento tácito como algo concreto de propriedade da organização que investiu no indivíduo durante seu percurso profissional vinculado a essa estrutura? Esse ativo é algo intangível que pertencerá a empresa apenas enquanto o funcionário que o detém estiver vinculado à essa estrutura administrativa. A partir do momento que o conhecimento interno, tácito, é exteriorizado e registrado, ele passa a ter valor como conhecimento explícito, nesse contexto é mais tangível para a empresa que o possui poder implementar meios para sua coleta, tratamento e disseminação. Para embasamento ideológico, tem-se que:

O conhecimento tácito é o que está na mente das pessoas e é difícil de ser formulado e comunicado. Em uma direção mais prática, inclui elementos cognitivos técnicos, também chamados de modelos mentais, em que os seres humanos criam modelos do mundo, analogias em suas mentes, tanto de imagens da realidade quanto de visões para o futuro. O elemento técnico do conhecimento tácito inclui know-how concreto, técnicas e habilidades. A articulação dos modelos mentais tácitos é primordial para a criação de novos conhecimentos. Já o conhecimento explícito, também chamado de codificado, é definido pelo conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática (HUMANTECH, 2018).

Além desses elementos ligados à gestão do conhecimento, é importante também trazer outros conceitos relacionados à informação, conhecimento, gestão da informação e do conhecimento, delimitando suas características e funcionalidades para mapear até que

ponto confluem e onde divergem. Na literatura, é possível extrair pensamento de Fogl (apud AGUIAR; KOBASHI,2013) quando afirma que:

1. o Conhecimento é o resultado da cognição (processo de reflexão das leis, das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana);
2. o Conhecimento é o conteúdo ideal da consciência humana;
- 3.a Informação é uma forma material da existência do conhecimento;
4. a Informação é um item definitivo do conhecimento, expresso por meio da linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos;
5. a Informação existe e exerce sua função social por meio de um suporte físico;
6. a Informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem

O autor explora uma aproximação dos termos por meio da noção de complementariedade, em que um representa a parte cognitiva e o outro a materialização desse pensamento. Essa temática foi também explorada por Parker (2004, p.233) que recorreu à analogia do uso e recursos da água para explicar o conceito de informação, o que resultou em algo bem interessante, onde se tem que:

Information is like water, because:

- it comes from many different sources
- it may be easy to obtain, or difficult
 - before it can be used, it has to be: – collected – processed – stored – distributed
 - it may be used for many different purposes
 - it may be polluted' through distortion or inaccuracy
 - it may be lost through 'leakages'
 - it flows – but, unlike water, not of its own accord; the flow of information has to be managed if it is to reach those who need it, when they need it.

Diante de tal afirmação, é possível extrair de uma tradução bem literal, que ao comparar informação com a água, ele fez menção às várias fontes existentes, com facilidade ou não na obtenção desse recurso e que antes do seu uso, é preciso que a informação seja coletada, processada, armazenada e distribuída; usada com diferentes propósitos, pode ser perdida ao longo do caminho ou pode sofrer interferências alterando sua pureza e que acima de tudo, ela deve fluir. Sobre conhecimento, no âmbito das organizações, é possível destacar três etapas:

Geração do Conhecimento pode se dar através de processos como aquisição, recursos dedicados, fusão, adaptação e rede do conhecimento.

Codificação do Conhecimento seu objetivo é apresentar o conhecimento numa forma que o torne acessível àqueles que precisam dele. Entretanto, o desafio é codificar o conhecimento e, ainda assim, manter suas propriedades distintas sem transformá-lo em informações ou dados menos vibrantes.

Transferência do Conhecimento nas organizações sempre ocorre, esteja este processo sendo gerenciado ou não. Maneiras eficazes de permitir que os indivíduos conversem e escutem o que se tem a dizer, e que quando é preciso transferir conhecimento, o método utilizado deve ser sempre compatível com a cultura da organização em questão (OLIVEIRA, 2005).

Essas etapas são importantes para facilitar o entendimento do que seja o conhecimento para instituição e distingui-lo dos demais conceitos atribuídos à informação, importante para se perceber quando surge e como surge, como codificar para transferir. Dando prosseguimento à temática proposta, tem-se as considerações trazidas por Rebstock(2014, p.78) em que define a “Informationsmanagement umfasst die Aufgaben, Methoden, Medien und Techniken zur optimalen Informationsversorgung sowie die Einrichtung und den Betrieb der dazu notwendigen Infrastruktur”, ou seja, a gestão da informação é um processo que engloba as tarefas, métodos, mídia e técnicas para a melhor prestação de informações, bem como o estabelecimento e operação da infraestrutura necessária. Complementando esse entendimento Choo (2003, p.283) explica que:

O objectivo básico da gestão da informação é o de aproveitar os recursos de informação e capacidades de informação de forma habilitá-la a aprender e adaptar-se ao seu meio ambiente em mudança. A criação, a aquisição, o armazenamento, a análise e a utilização da informação fornecem, portanto, a treliça intelectual que suporta o crescimento e o desenvolvimento da organização inteligente.

Os dois autores corroboram com a afirmativa de que a gestão da informação contribui para o desenvolvimento da instituição e que é um processo correspondente às técnicas capazes de transformá-la em ativo empresarial para dar suporte à tomada de decisões. Correspondente à Gestão do Conhecimento, tem-se a seguinte conceituação:

A gestão do conhecimento consiste na administração dos ativos de conhecimento de uma organização. É um processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma companhia. O conhecimento existe na mente dos conhecedores. Nas organizações, costuma ser encontrado em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais, e não só em documentos ou repositórios. Para que a informação se transforme em conhecimento, **as** pessoas precisam colaborar. O conhecimento é valioso por estar próximo da ação com relação à estratégia, concorrentes, clientes, canais de distribuição e ciclos de vida de produto e serviço (HUMANTECH, 2018).

Ponto de convergência e ponto de divergência entre Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento. Em convergência desses termos, destaca-se a natureza interdisciplinar

que o cercam, pois tanto informação quanto conhecimento contribuem e são fontes presentes em todas áreas do saber humano. Assim, se depreende que “nas organizações, o conhecimento é recurso primordial para agregação de valor a produtos e serviços, fornecendo-lhes vantagem competitiva ao aceitar a premissa de que tanto informação quanto conhecimento são considerados ativos para as instituições.” (LIMA; ALVARES, 2018, p.133).

Ainda sobre a relação da informação e conhecimento Kebede (2010, p.419) explica que “according to the knowledge hierarchy, the three manifestations of information are understood and presented as logically related whereby data evolves to information and information to knowledge as a natural progression towards becoming more valuable, useful, meaningful, and comprehensive.” Assim, estabelece que há hierarquia do conhecimento, em que os dados evoluem para informações e informações para o conhecimento como uma progressão natural para se tornar mais valioso, útil, significativo e abrangente. Sobre os pontos de divergências, dispõem-se os elencados por Marcial (2006, p.48) que resume em:

las diferencias entre ambos términos se resumen en los siguientes aspectos:

a) Formal. La información adopta una forma física. Por ello es tangible, se refleja en documentos, se registra en diversos formatos, y por tanto, se puede almacenar y puede ser comercializada, permite la documentación sobre materias. El conocimiento es cognitivo, expresa la capacidad y disposición de los individuos para actuar de un modo determinado; y reside en el individuo, es información aprehendida y sintetizada por y en las personas en función de un contexto determinado.

b) Contenido. La información se percibe como una acumulación de datos, lógica y adecuadamente estructurados gracias a la actuación transformadora de los individuos. El conocimiento es información organizada que se integra en un sistema pre-existente, e implica la interpretación de la información según las necesidades particulares de los individuos y sus experiencias previas.

c) Significado. La información se expresa a través de hechos, el conocimiento mediante los valores del individuo. La información es, así, información factual estructurada sin una utilidad particular. La información se identifica con hechos, figuras, eventos que provienen de fuentes externas a la organización. El conocimiento proviene de la transformación, de la interpretación de la información en un contexto. El conocimiento se entiende como información con valor añadido, gracias a las aportaciones que realizan los individuos a la información que reciben; implica una visión crítica, particular y sintetizada de la información que proviene de diversas fuentes.

d) Uso. La información permite informarse de datos percibidos como relevantes a través de fuentes autorizadas. El conocimiento se orienta al logro de objetivos mediante la aplicación de las percepciones, e implica la forma en que la

información es utilizada en las diversas situaciones; es decir, la forma en que se percibe, utiliza, comprende.

O autor delinea diferenças entre os dois termos com base nos aspectos: da forma, conteúdo, significado e uso em que se pode sintetizar que a informação assume a forma física e por isso tangível, que acumula dados e é expressa através dos fatos e fontes autorizadas, enquanto o conhecimento é cognitivo e corresponde à informação organizada e contextualizada, sendo orientado para consecução de objetivos.

Após clareamento dos termos referentes à gestão do conhecimento e da informação é possível se realizar a seguinte análise, que não há possibilidade de se pensar em fazer gestão do conhecimento sem realizar também a gestão da informação numa organização, pois apesar de ambos terem terminologia própria, eles convergem no limiar da concepção de onde começa e onde termina cada termo. Tanto a informação quanto o conhecimento explícito são coletados, tratados e disseminados e para que isso ocorra é necessário que essas duas abordagens possam estar conectadas para que sejam vistos e as pessoas que deles façam uso possam também identificar de forma eficiente sua localização e aplicação. Em que pese cada um no sentido da sua importância de aplicação imediata ou se precisa de um tempo maior de maturação. O que se pode destacar que a característica principal da informação é por ser efêmera enquanto o conhecimento é um pensamento mais elaborado, testado, mas ambos dependem da cognição humana para que tenham valor.

A informação é uma notícia decorrente de um acontecimento enquanto o conhecimento é a experiência humana acumulada, testada e revalidada para se tornar algo que possa ser tangível. No âmbito organizacional, a gestão do conhecimento recorre ao registro das experiências produzidas pelos funcionários, aplicando ou não o uso da tecnologia para que haja sempre acesso ao que já foi produzido ou soluções que foram apresentadas para conflitos que já existiram, objetivando sempre ter uma resposta ou igual ou que sirva de base para novas soluções, sem que necessariamente precisam estar os mesmos atores envolvidos na situação inicial. Há a colaboração entre os que compõem essa organização como elemento de fluidez desse conhecimento.

Por fim, é importante ter em mente que fazer gestão do conhecimento é também fazer gestão da informação, que estão interligados por serem insumos para tomada de decisão no âmbito das instituições e empresas, pois para que cada uma continuem suas atividades necessitam estar aptas a tratar das questões que se apresentam internamente quanto externamente à sua estrutura e somente com uma política de gestão do conhecimento e informação implantadas é possível ter resposta da imediato para cada situação e para os avanços tecnológicos as quais estão expostas. Pensar nessa gestão requer também um olhar mais direcionado para forma como sua organização está

estabelecida seja por políticas, seja por uso de instrumentos tecnológicos. Diante do exposto é salutar que se faça um apanhado geral da organização da informação na instituição estudada.

2.3 Repositórios Institucionais

Os repositórios institucionais tomaram um maior impulso a partir do movimento de acesso livre (Open Access) ao conhecimento produzidos nas instituições de ensino para promover a disseminação e possibilitar acesso às pesquisas produzidas e em andamento. Conforme a “Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities [...] que teve como objetivo reafirmar que a missão da comunidade científica é disseminar o conhecimento científico de forma rápida e em larga escala à sociedade” (KURAMOTO, 2012, p.83), sendo a forma mais atual através do uso da internet.

Nesta mesma linha de raciocínio, Gomes e Rosa (2010, p. 22) explicam que o surgimento do “movimento mundial de acesso livre implica a disponibilização na internet da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada contribuindo para disseminação da ciência”. Este movimento impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico foi favorecido também pelo surgimento da web 2.0, em que o usuário passou a ser também o criador e colaborador dos conteúdos e plataforma no ambiente digital. “O desenvolvimento das TIC trouxe consigo as condições tecnológicas para desenvolvimento de Repositórios Institucionais (RI) on-line. Criados a partir de 2002, os RI integram o novo fluxo estabelecido para a comunicação científica que tem no acesso livre o seu fundamento” (GOMES; ROSA, 2010, p. 24).

Assim, é possível abstrair que os repositórios foram inicialmente pensados como instrumento de disseminação de informação acadêmica, sendo desenvolvidos e elaborados para disponibilizar o conteúdo gerado pelas instituições de ensino. Contudo, Instituições governamentais não acadêmicas cada vez mais passam a adotar os Repositórios como um facilitador para organização da informação e conhecimento institucional, devido às transformações administrativas e tecnológicas que impulsionaram essas instituições. No contexto brasileiro, outro aspecto importante a ser considerado corresponde à necessidade de cumprimento de exigências legais que norteiam a problemática da organização da informação para que seja possível o atendimento do seu acesso livre perante à sociedade brasileira, conforme o preceito legal, em que se destaca no:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de

fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

[...]

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

[...]

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

(BRASIL, CASA CIVIL, 2011)

Diante desse dispositivo legal percebe-se como as instituições públicas precisam se equipar por meio da criação ou desenvolvimento de mecanismos capazes de compilar, organizar, preservar, consolidar suas informações para confirmar autenticidade e integridade e tornar público, por meio de acesso aberto, os dados produzidos em cada Órgão governamental. Portanto, é possível abstrair que, diante deste novo cenário trazido pelos avanços tecnológicos e reorganização estruturais para dar respostas mais eficientes à sociedade, as instituições governamentais vem passando por mudanças de comportamentos e rotinas de trabalho, visando dar vazão aos seus processos internos com vistas a mapear suas ações e assim garantir dados estatísticos capazes de transcrever sua produtividade.

Então, surge como um dos meios de proposição para solução dessa problemática, a criação e implantação dos repositórios institucionais, sendo estes considerados “como elementos de uma rede de infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação, a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição”(SAYÃO, TOUTAIN, ROSA. 2009, p.10).

É válido anotar também o conceito trazido pela norma ISO 11620:2014 (p.5) em seus termos e definições, o qual dispõe no item “2.27 institutional repository open access repository for storing the publications of an institution, or a group of institutions, such as e-prints, technical reports, theses and dissertations, datasets, and teaching and learning materials”. Nesta perspectiva, observa-se repositório institucional como sendo um repositório de acesso aberto para armazenar as publicações de uma instituição, ou de um grupo de instituições, como impressões eletrônicas, relatórios técnicos, teses e dissertações, conjunto de dados e materiais de ensino e aprendizagem”.

Em consonância ao seu conceito inicial, tem-se que “os repositórios digitais (RDs) são sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados à gestão da informação científica e acadêmica, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, constituindo-se em vias alternativas de comunicação científica e ampliação de visibilidade da produção” (TORINO, 2017 p. 94).

Ainda sobre sua conceituação, Santos (2015, p.25) dispõe que “um repositório é um local onde se guarda informação e serve para armazenar, preservar e difundir a informação que contém. Desta forma, é um termo com uma aceção específica no meio digital, devendo ser sustentável e fiável, como também deve ser bem enquadrado e bem gerido.” Percebe-se que o conceito original dos repositórios está consubstanciado no contexto da preservação e disponibilização do conteúdo em meio digital, correspondente a um banco de dados que reúne objetos digitais produzidos pela instituição ao qual está interligada. Uma vez que é necessário que o conhecimento gerado ou tramitado, seja tratado para fins de preservação e recuperação, subsidiando tomadas de decisão capazes de retroalimentar o fluxo da gestão da informação e do conhecimento institucional.

Ao se estudar sobre repositórios digitais, quatro pontos são primordiais a serem destacados, os que tratam sobre questões acerca: da preservação digital, do modelo OAIS, dos metadados e do DSPACE; este último é devido à plataforma que é usada no campo de estudo desta pesquisa. Portanto, estão descritos a seguir com maior brevidade possível para complementar o entendimento sob a perspectiva da organização da informação institucional que corresponde à temática principal desta investigação.

2.3.1 Preservação Digital

A segunda abordagem diz respeito à questão da preservação digital em que é possível extrair ser “a actividade responsável por garantir que a comunicação entre um emissor e um receptor é possível, não só através do espaço, mas também através do tempo” (FERREIRA, 2006, p. 24). É a forma como o objeto digital poderá ser acessado mesmo após um longo período posterior a sua produção, da forma como ocorrerá a percepção a partir dos dados lógicos até a transformação cognitiva para nível conceitual do receptor.

Preservar informação digital consiste, por vezes, em modificar ou transformar deliberadamente o objecto físico ou lógico que transporta a mensagem (ver Migração/conversão). Para que essa transformação não produza uma mensagem exageradamente degradada, é fundamental definir quais as propriedades da mensagem que deverão ser asseguradas durante o processo de transformação. (FERREIRA, 2006, p. 50).

Assim, há que se observar preservação no contexto digital é muito mais complexa e difere, dentre outros elementos, da preservação do documento analógico em que o suporte é o principal elemento a ser preservado para que o documento cumpra sua funcionalidade probatória. No tocante ao objeto digital, este é o primeiro desafio, o de conceituar e determinar o que preservar. Para tanto, pode ser pensado qual estratégia a ser adotada conforme os tipos disponíveis, em que de acordo com Ferreira (2006), tem-se as seguintes estratégias:

Preservação da tecnologia, consiste na conservação do contexto tecnológico utilizado originalmente na concepção dos objectos digitais que se procuram preservar.

[...]

Refreshamento [...] consiste na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais actual antes que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto. [...] A frequente verificação da integridade dos suportes físicos, assim como o seu refreshamento periódico, são consideradas actividades vitais num contexto de preservação digital.

[...]

Emulação, [...] utilização de um software, designado emulador, capaz de reproduzir o comportamento de uma plataforma de hardware e/ou software, numa outra que à partida seria incompatível.

[...]

Migração/conversão [...] tem como objectivo manter os objectos digitais compatíveis com tecnologias actuais de modo a que um utilizador comum seja capaz de os interpretar sem necessidade de recorrer a artefactos menos convencionais, como por exemplo, emuladores. [...] Existem diversas variantes de migração que poderão ser consideradas: migração para suportes analógicos, actualização de versões, conversão para formatos concorrentes, normalização, migração a-pedido e migração distribuída.

A estratégia de preservação de conteúdo mais atualizada e inovadora sugere o uso do DNA para armazenamento de informação digital por ser “uma fonte muito boa de armazenamento de informação, que existe há bilhões de anos. Além de ser uma forma bastante compacta de armazenar informação, o DNA permanece estável por centenas de milhares de anos (KOSURI apud GABRIEL, 2018. p.58). Dentre as demais opções da preservação digital, percebe-se a existência de duplicação do conteúdo para que haja a possibilidade de acesso a longo prazo. Em algumas opções, como a migração, poderá ocorrer perda da qualidade e autenticidade das informações ali registradas. Outro aspecto a destacar são investimentos nos equipamentos de leitura desse conteúdo digital, contrapondo com o investimento para manutenção da integridade inicial do documento conforme exemplificado acima. Contudo, para que haja um retorno benéfico é necessário que cada passo seja antecedido por um excelente planejamento, prevendo custos para

manutenção da proposta de preservação adotada pela unidade responsável pela guarda e conservação do material a ser preservado.

No contexto brasileiro, há um documento do Arquivo Nacional Brasileiro que trata sobre preservação digital e onde são indicados os seguintes procedimentos:

- 1 – normalização dos formatos de arquivo no momento da inserção dos documentos no repositório;
- 2 – monitoramento dos formatos em uso;
- 3 – migração (atualização de versões e de formatos de arquivo), sempre que verificada a necessidade, devido ao avanço da tecnologia e a decorrente obsolescência tecnológica (BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Diante de tal normativa, fica evidente que a indicação é que haja a migração como suporte estratégico de preservação de objetos digitais e que seja também traçado um plano de ação ao longo prazo capaz de serem tomadas as medidas necessárias para sua efetiva execução.

2.3.2 Metadados

São descrições dos dados com informações necessárias para recuperação dos registros indexadas nas plataformas digitais, consubstanciam os repositórios digitais uma vez que compõem a estrutura de recuperação da informação. Assim, “os metadados auxiliam os usuários na identificação, autenticação e contextualização dos dados, conjunto de dados e outros recursos digitais, estabelecendo relações entre eles, bem como definem permissões e requisitos técnicos para acesso e uso dos objetos” (TORINO, 2017, p.104). Sobre as categorias de metadados, é possível elencar os seguintes tipos:

Metadados descritivos ou de identificação – visam à pesquisa, recuperação e identificação. Podem conter elementos como, por exemplo, título, autor, assunto e palavras-chave.

Metadados estruturais – vinculam de forma hierárquica distintos objetos digitais (textos, imagens, áudios etc.) integrantes de um mesmo documento ou recurso informacional.

Metadados administrativos – dispõem informações que suportam a gerência dos recursos arquivísticos eletrônicos. Incluem de que forma e em que ocasião os recursos foram gerados, espécie de ficheiro ou de arquivo de computador e demais informações técnicas, além dos titulares com direitos ou permissões de acesso.

Metadados técnicos – especificam os aspectos técnicos dos arquivos e dos seus formatos.

Metadados de preservação – incluem informações requeridas ao arquivamento e salvaguarda dos objetos digitais ao longo do

tempo. (Barbedo, Corujo e Sant'Ana 2011 apud FORMENTON, 2017)

A escolha do conjunto de metadados é feita com base no tipo de repositório e objetos digitais que serão descritos, conforme o que adianta Torino (2017, p.105) “é necessário elencar o conjunto de metadados necessários para a descrição dos conteúdos e desenvolver um perfil de aplicação de metadados, que consiste na reunião de elementos selecionados de um ou mais esquemas de metadados combinados, atrelando-os às tipologias aceitas, além, de determinar a forma de uso”. Para efeitos deste estudo, a abordagem é focada no Dublin Core por ser o esquema de metadados adotados na plataforma DSpace, mas é possível citar vários esquemas, dentre eles: padrão MODS, Metadata Object Description Schema; padrão EAD, Encoded Archival Description; padrão ANSI/NISO Z39.87, o padrão American National Standards Institute (ANSI)/National Information Standards Organization (NISO) Z39.87; Padrão METS, Metadata Encoding and Transmission Standard e o PREMIS.

Dublin core é um padrão de metadados com elementos mínimos de descrição e identificação de um recurso digital num ambiente digital, teve início no Workshop ocorrido na cidade de Dublin, nos EUA, em 1995. Foi a partir deste evento e sua evolução que surgiu DCMI - Dublin Core Metadata Initiative, organismo responsável pela alteração e manutenção desses metadados. Neste primeiro momento foram estabelecidos alguns princípios de desenvolvimento dos metadados em que consistem em:

Intrinsicity the Dublin Core concentrates on describing intrinsic properties of the object. Intrinsic data refer to the properties of the work that could be discovered by having the work in hand, such as its intellectual content and physical form. This is distinguished from extrinsic data, which describe the context in which the work is used.

Extensibility In addition to its use in dealing with extrinsic data, extension mechanisms will allow the inclusion of intrinsic data for objects that cannot be adequately described by a small set of elements.

Syntax Independence Syntactic bindings are avoided because it is too early to propose formal definitions and because the Dublin Core is intended to be eventually used in a range of disciplines and application programs.

Optionality All the elements are optional.

Repeatability All elements in the Dublin Core are repeatable

Modifiability Each element in the Dublin Core has a definition that is intended to be self-explanatory. However, it is also necessary that the definitions of the elements satisfy the needs of different communities. This goal is accomplished by allowing each element to be modified by an optional qualifier. If no qualifier is present, the element has its common-sense meaning;

otherwise, the definition of the element is modified by the value of the qualifier (WEIBEL, 1995).

Esses princípios da intrinsecidade, extensibilidade, independência de sintaxe, opcionalidade, repetibilidade e modificabilidade foram primordiais para nortear o desenvolvimento da base do esquema de metadados, o qual foi inicialmente estruturado em 13 propriedades, mas que atualmente estão em 15 elementos Dublin Core Metadata Element Set que correspondem a:

um conjunto maior de vocabulários de metadados e especificações técnicas mantidos pela Dublin Core Metadata Initiative (DCMI). O conjunto completo de vocabulários, Termos de Metadados do DCMI [DCMI-TERMMS], também inclui conjuntos de classes de recursos (incluindo o Vocabulário do Tipo DCMI [DCMI-TYPE]), esquemas de codificação de vocabulário e esquemas de codificação de sintaxe. Os termos nos vocabulários do DCMI devem ser usados em combinação com termos de outros vocabulários compatíveis no contexto dos perfis de aplicativos e com base no DCMI Abstract Model [DCAM] (DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, 2012).

Para cada elemento há um termo, modelo, definição, comentário, referência que descrevem cada campo e orientam quanto ao uso controlado de alguns termos, como nos casos específicos: cobertura usar o Thesaurus TGN; data usar esquema de codificação W3CDTF da ISO 8601; formato usar vocabulário controlado MIME type, que é uma lista de tipos de mídia da Internet; idioma usar um vocabulário controlado RFC 4646; assunto usar um vocabulário controlado; Tipo usar o Vocabulário DCMITYPE. Para conclusão da listagem dos 15 termos, tem-se ainda: colaborador; criador; descrição; identificador; editor; relação; direitos; fonte e título.

Numa perspectiva de elencar a criação, evolução e consolidação dos metadados, Arakaki, Alves e Santos (2018, p.17) elaboraram um estado da arte, compreendida em uma década, sobre essa temática e concluem que:

the interdisciplinary environment in which Dublin Core is inserted contributed to propose improvements in several domains as museums, libraries, files, govern, education among others. The main contributions are related to the organization, representation of information, standardization, preservation and usage of metadata; building of application profiles and metadata standards; conceptual models; interoperability with several studies about crosswalk and Linked Data; discussions concerning the Knowledge Organization Systems. These contributions classify the Dublin Core and the DCMI as great contributors for developing the Semantic Web and for the Information Science area.

Assim, corrobora-se com os autores, numa tradução bem literal, que nesse ambiente digital o Dublin core contribui para organização e representação de informações, além

da padronização, preservação e uso de metadados; construção de perfis de aplicativos e padrões de metadados; modelos conceituais; interoperabilidade com vários estudos sobre crosswalk e dados vinculados e discussões sobre os sistemas de organização do conhecimento. Por fim, sinaliza-se que o esquema de metadados Dublin core proporciona uma estrutura de descrição e recuperação de recursos digitais em ambiente web, onde estão também as plataformas digitais capazes de compilarem esses metadados e o objeto digital que está sendo tratado. No tocante ao sistema DSpace, o padrão de metadados Dublin Core é o adotado para descrever itens intelectualmente.

Only three fields are required: title, language, and submission date, all other fields are optional. There are additional fields for document abstracts, keywords, technical metadata and rights metadata, among others. This metadata is displayed in the item record in DSpace, and is indexed for browsing and searching the system (within a collection, across collections, or across Communities) (SMITH; BASS; MCCLELLAN et al,2003).

O que autores explicam que apenas o título, idioma e data de envio são obrigatórios, todos os outros campos são opcionais. Existem campos adicionais para resumos de documentos, palavras-chave, metadados técnicos e metadados de direitos, entre outros. Esses metadados são exibidos no registro do item no DSpace e são indexados para navegação e pesquisa no sistema.

Assim, com o objetivo de abordar a última vertente sobre a temática dos repositórios digitais, é importante destacar o software DSpace que é o sistema que irá gerenciar a gama de informações, dados, conteúdos e recursos digitais de determinada instituição.

2.3.3 Modelo OAIS

O Modelo de Referência para Sistema de Informações de Arquivos Abertos (OAIS - Open Archival Information System) é um produto da Consultative Comitee for Space Data Systems (CCSDS) em parceria com a International Organization for Standardization (ISO), foi desenvolvido para ser um referencial com padrões internacionais adotados na questão da preservação digital a longo prazo.

O modelo OAIS está disposto na ISO 14721:2012 - Space data and information transfer systems — Open archival information system (OAIS) — Reference model e surgiu “com o objetivo de estabelecer um sistema de arquivamento de informações, por meio de um esquema organizacional composto de pessoas que aceitam a responsabilidade de preservar as informações e disponibilizá-las para uma comunidade designada” (SOUSA, OLIVEIRA, D’ÁVILA et al, 2012, p.67). Percebe-se que a ideia disposta é que o OAIS não

é apenas um modelo com padrões mínimos a ser cumprindo, mas é também um compromisso institucional que precisa se fazer presente no plano estratégico institucional para que possa lograr êxito. Assim, verifica-se que:

um OAIS é um arquivo que consiste em uma organização de pessoas e sistemas que aceitou a responsabilidade de preservar informações e torná-las disponíveis para uma Comunidade Designada. O padrão define um conjunto de responsabilidades que um arquivo OAIS deve cumprir e isso permite que um arquivo OAIS seja diferenciado de outros usos do termo arquivo (<http://www.oais.info/>).

No seu site <http://www.oais.info/> é possível obter um documento com o detalhamento das recomendações para práticas de sistemas de dados abertos e outras informações capazes de responder aos questionamentos durante a implantação de um repositório confiável com base nesse modelo. Ainda sobre a norma ISO 14721:2012, Santos (2015, p. 23) esclarece que:

Este modelo de referência aborda uma gama completa de funções para arquivo e preservação da informação, incluindo ingestão, armazenamento, gestão de dados, preservação, acesso e disseminação. Aborda igualmente a migração de informação digital para novos suportes e formatos, os modelos de dados usados para representar a informação, o papel do *software* na preservação da informação, bem como a troca de informação digital entre os arquivos.

Caracteriza-se por ser uma norma que utiliza uma estrutura conceitual já idealizada e testada, oferecendo um suporte aos desenvolvedores de repositórios institucionais, uma vez que fornece orientações a serem seguidos na recuperação e preservação do conteúdo digital que possui maior temporalidade. Corroborando com esse entendimento, Ferreira (2006, p.62) acredita que o OAIS é “um modelo conceptual que visa identificar os componentes funcionais que deverão fazer parte de um sistema de informação dedicado à preservação digital. O modelo descreve ainda as interfaces internas e externas do sistema e os objectos de informação que são manipulados no seu interior.” O autor traz a perspectiva da preservação digital, em que o modelo de referência se propõe a estruturar o ciclo informacional, com descrição do objeto digital a ser tratado.

O modelo OAIS está dividido em três entidades: o produtor, o consumidor, e o administrador. Assim, “[...]o produtor pode ser considerado a pessoa ou o sistema cliente que fornece a informação; o consumidor é a pessoa ou sistema cliente que quer obter o material arquivado ou a versão transformada do mesmo; a comunidade alvo refere-se aos usuários potenciais”(SOUSA, OLIVEIRA, D’ÁVILA et al, 2012, p.67).

2.3.4 DSpace

O software DSpace surgiu em 2002 por meio do projeto do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e financiado pela Hewlett-Packard (HP), atualmente está sob responsabilidade da Comunidade Duraspace, que é uma organização sem fins lucrativos e com cooperação de vários profissionais de diferentes países. “O sistema DSpace possibilita gerenciar os diferentes e complexos recursos no formato digital (padrões de documentos como TIFF, AIFF, XML, ou publicados como especificações PDF, RIFF) para coletar, preservar, indexar e distribuir os itens digitais” (BLATTMAN; WEBER, 2008, p.467). Foi pensado e desenvolvido para ser open access e open source. “Entretanto, disponibilizar ou não os metadados para Harvesting (arquivos abertos), bem como o acesso livre ao conteúdo são opções das instituições mantenedoras dos repositórios, e não obrigação das mesmas” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.19).

Dentre diferentes softwares para gerenciar conteúdo em repositórios, como exemplo, tem-se: E-prints, VT ETD-db, Doks, Cybertesis, Digital Commons (ProQuest), Greenstone, Fedora, o DSpace é o mais utilizado para:

la administración de colecciones digitales, y que comúnmente es usado como solución de repositorio institucional. Soporta una gran variedad de datos, incluyendo libros, tesis, fotografías, video, datos de investigación y otras formas de contenido. Los datos son organizados como ítems que pertenecen a una colección; cada colección pertenece a una comunidad. Dicho de otra forma es un sistema de información con arquitectura de repositorio digital que captura, almacena, ordena, preserva y distribuye material de investigación con el propósito de garantizar que se preserve y distribuya toda la producción intelectual generado al interior de las instituciones que hacen uso de este. (PORRO; GALVEZ, 2018, p.332).

Os autores afirmam que o DSpace é um sistema mais utilizado para o gerenciamento de coleções digitais, pois suporta uma variedade de formatos de conteúdo digital organizados em coleções e por comunidades. Está envolvido em todo ciclo de gestão da informação no âmbito das instituições mantenedora do repositório.

O DSpace possui uma estrutura hierárquica construída e organizada em comunidades, coleções e itens, onde se tem as comunidades como representação da estruturas de mais alto nível e suas subcomunidades; As “coleções são estruturas que servem, preferencialmente, para agrupar documentos com alguma característica comum” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.22); e por fim o item que corresponde ao próprio objeto digital e “consiste de vários campos descritivos aliados aos objetos digitais, que unidos formam uma unidade. Os Itens são depositados nas coleções, que por sua vez,

estão contidas nas comunidades e subcomunidades, formando a estrutura do DSpace (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.23).

Inicialmente o sistema foi desenvolvido para atender as demandas acadêmicas, mas atualmente é muito utilizado em outras instituições governamentais fora do ambiente educacional, conforme informações obtidas no Registry of Open Access Repositories-ROAR e Duraspace. No Brasil, 30 instituições estão cadastradas no Duraspace, mas como esse cadastro não é obrigatório, é possível que haja mais instituições que utilizam e não estão contabilizadas, o que poderia aumentar essa estatística. Uma vez implantado o sistema e definido suas políticas de desenvolvimento é importante verificar sua efetiva utilização, por meio de indicadores, tais como: “acessos, downloads, uploads, análise bibliométrica, entre outros, e desta forma, proporcionar visibilidade de quem acessa, o que acessa, quando e com que ferramentas (BLATTMAN; WEBER 2008, p.481).

2.4 A organização da informação em repositórios institucionais

A temática central abordada nesse estudo envolve questões relacionadas à organização da informação, portanto é relevante que se faça uma introdução conceitual com um viés voltado à Ciência da Informação. Nessa perspectiva, “pode ser compreendida como uma série de atividades processuais com a finalidade de descrever intelectualmente conteúdos documentais para serem representados nos sistemas de recuperação da informação” (AGUIAR; KOBASHI, 2013). Diante desse entendimento Saeger, Oliveira e Pinho Neto et al. (2016, p.55) partem do pressuposto que a “organização estratégica da informação necessita estar associada ao modo como uma informação pode estar correlacionada com outras, facilitando assim, a sua recuperação”. O que gera a concepção da necessidade do suporte e sua representação tanto descritiva quanto conceitual e essa informação passa a ser um objeto informacional e digital no contexto dos repositórios, em que Taylor (apud BRASCHER; MONTEIRO, 2010, p.2) traduz como uma “unidade de informação organizável; a informação registrada (textos, imagem, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web). Então, essa representação do objeto informacional digital para fins de recuperação é prática desejada nesse ambiente de repositório digital.

No sistema DSpace é possível configurar o vocabulário controlado, a forma de indexação desejável e os metadados adotados; o vocabulário controlado pode ser utilizado em vários campos. Sua utilização dá-se por meio de janelas pop up [...]apresentam os termos organizados hierarquicamente em formato de árvores cujos termos, ao serem clicados,

são transferidos para os campos relacionados” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.72). No tocante à indexação, o sistema permite a configuração da indexação de texto completo que:

consiste na criação de índices textuais em que todas as palavras se tornam pontos de recuperação para o documento. Ao utilizar a indexação de texto completo, nem todas as palavras são indexadas. Existe uma lista de palavras que não devem ser indexadas por não conter um significado relevante (Stop Words). Pronomes, artigos e conjunções, por exemplo, não precisam ser indexados de forma geral, mas essa lista pode ser aumentada se for necessário. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.73).

O nível de detalhamento dessa descrição dependerá da política adotada pela entidade mantenedora do repositório que precisará também selecionar o que será registrado e por quanto tempo. Esse planejamento é importante para evitar retrabalhos e perda de informação importante, a decisão por adotar ou não o sistema de indexação automática poderá ser fortemente influenciado pela estrutura dessa instituição. Alguns autores não consideram a prática totalmente automatizada da indexação como a mais adequada, para Playforth(2018) afirma em seu relato de experiência que:

one thing I have learnt from my indexing training it's that the initial selection of subject terms cannot be satisfactorily automated. Even when we are able to create links and share metadata totally seamlessly, it is unlikely that there will be a way to replace the human intellectual input in the analysis of texts at the academic level. It is through the process of creating new subject nodes described above that we have gradually been able to expand the classification tree over the years, producing ever richer subject options for future cataloguers/indexers to use and add to, hence continually improving the discovery potential for the university's research outputs.

Nessa concepção, a primeira seleção de termos de assuntos não pode ser satisfatoriamente automatizada, pois o autor acredita que é improvável que haja uma maneira de substituir o input intelectual humano na análise de textos no nível acadêmico, devido ao nível do conhecimento a ser descrito as vezes ser algo inédito e que ainda não há registro no sistema.

Em continuidade ao assunto, as ontologias são destacadas como uma contribuição para indexação automática, conforme o disposto por Simões, Machado e Souza(2017, p.156) em que afirmam que no caso das ontologias, “podemos contar com a riqueza de um conjunto de relações semanticamente ricas, com a facilidade de acoplamento destas ontologias a sistemas de recuperação de informações e a naturalidade da representação destes artefatos nas linguagens da Web Semântica”. Nesse entendimento, é possível notar que a ontologia estaria mais apropriada para descrição

dos conteúdos num ambiente web, pois tem a capacidade de contribuir efetivamente por meio de “potenciar a desambiguação de termos homógrafos e polissêmicos; imprimir maior capacidade de integração de relações semânticas de forma automatizada; possibilitar a navegação e expansão de consultas através de relações semânticas; concorrer para uma recuperação mais precisa e exaustiva da informação”(SIMÕES, MACHADO, SOUZA , 2017, p.164).

Prosseguindo com esse entendimento, a ontologia “é composta basicamente por uma hierarquia em que conceitos são organizados com base na relação de hiponímia (relação é um ou tipo de) classes e subclasses e também pode prever merônimos (parte-todo) e relações associativas” (MINGHELLI, CHISHMAN,2012, p.88)

As ontologias integram os Sistemas de Organização do Conhecimento-SOC que “consistem em estruturas terminológicas que apresentam relações conceituais por meio de termos. Seu objetivo é organizar e representar a informação para sua recuperação” (BISCALCHIN, 2019, p.4). estão representados na figura abaixo que mostra o grau de complexidade de cada tipo de SOC proposta por Moreira (2018, p. 102).

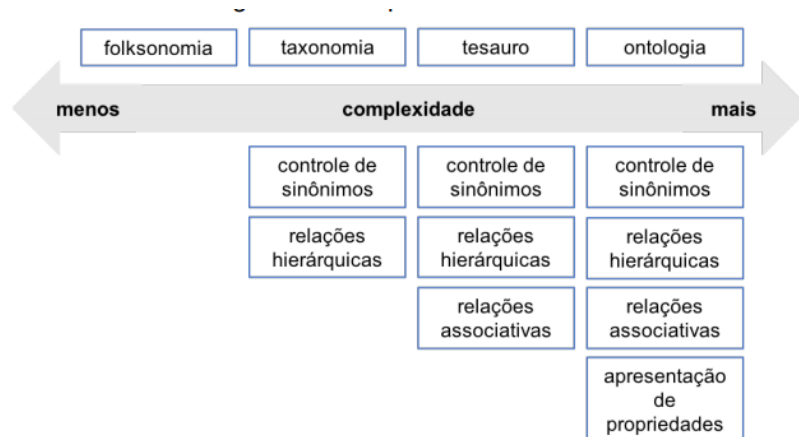


Figura 1 - Complexidade dos SOC

Diante do exposto, os conceitos ora apresentados surgem como mapeamento da estrutura do estudo a que se propõe essa pesquisa uma vez que o objeto a ser estudado correspondente ao repositório digital do MPF como meio de gestão do conhecimento institucional para fins de recuperação e preservação. A biblioteca digital se propõe a ser uma base de dados documentais na guarda e manutenção do conteúdo digital da informação jurídica que transita e também a produzida pela instituição. Assim, nessa jornada, os termos aqui apresentados poderão elucidar questões relacionadas a repositórios, normas e modelos descritivos.

3 Metodologia

O trabalho em questão é uma pesquisa exploratória que traz uma abordagem quantitativa e qualitativa, por ser esta “uma abordagem mais ampla em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2011 p. 90). Faz uso dos métodos científicos para analisar um campo específico com finalidade de entender a dinâmica do campo observado e de propor soluções pontuais, para isso foi adotado o estudo de caso como metodologia de pesquisa, pois é capaz de descrever e avaliar o funcionamento atual da Biblioteca Digital no âmbito do MPF, que é campo de estudo explicitado na problematização.

O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. [...] Reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato. (MARCONI; LAKATOS 2011, p. 276).

Nesse entendimento, é a metodologia que atende de forma mais adequada ao que se propõe no ambiente interno institucional, conforme o definido por Pickard (2013, p.102) sobre os três tipos de estudo de caso: o intrínseco, o instrumental e o coletivo. Para esta pesquisa será adotado o tipo intrínseco que nas palavras do autor:

The intrinsic case study is one that is carried out for no other purpose than to give us a better understanding of the case; the case is studied as much for its ordinariness as for any peculiarities. For example, you may wish to examine your own service or department in considerable depth; with an intrinsic case study, you would be doing that for no other purpose than to acquire a deeper understanding of the service.

Numa tradução bem literal, o estudo de caso intrínseco é realizado a fim de proporcionar uma melhor compreensão do caso; o caso é estudado tanto por sua formalidade quanto por quaisquer peculiaridades. Refere-se ao desejo de se examinar seu próprio serviço ou departamento com considerável profundidade, com um estudo de caso intrínseco, é possível fazer sem outro objetivo senão adquirir uma compreensão mais profunda do serviço.

Quanto aos instrumentos de pesquisa que foram utilizados, incluem-se: a técnica da observação; a pesquisa documental que tem por característica “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não constituindo o que denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.53) e a pesquisa bibliográfica que tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.63) e por fim para

subsidiar as informações levantadas durante o processo de estudo, uma entrevista que “tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.89) e seguindo esse entendimento optou-se pela aplicação de uma entrevista semiestruturada com a chefe da Divisão da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro – PGR/DBD, Larissa dos Santos Mendes Girardi.

A abordagem feita neste estudo também envolveu alguns indicadores de auditoria estabelecidos na ABNT/NBR/ISO 19011:2018 - *diretrizes para auditoria de sistemas de gestão*, de onde é possível extrair métodos para coletar informações como a entrevista, observação e análise crítica da informação documentada, reforçando o que foi dito anteriormente. Esta norma orienta a seleção das fontes de informação, tais como: políticas, objetivos, planos, procedimentos, normativas, instruções, base de dados e sites; Além de fornecer orientações como conduzir uma entrevista e adaptá-la à situação e à pessoa entrevistada, considerando questões éticas, horários, função do entrevistado no escopo da pesquisa, dentre outras observações elencadas em toda norma.

Foi observada também a ISO 11620:2014- *Informação e documentação – indicadores de desempenho da biblioteca* – esta norma é aplicada para todos os tipos de bibliotecas, contudo nem todos os indicadores de desempenho se aplicam a todas as bibliotecas, com destaque para métrica uso que mede uso e recurso da biblioteca, em especial o indicador B.2.1.3.4.2 -coleção eletrônica e B.2.1.4 – número de unidade de conteúdo baixado per capita.

Também foram analisados os indicadores que avaliam o desenvolvimento de Repositório Institucional quanto aos indicadores internos: “Qualidade dos metadados; Qualidade dos conteúdos; Direitos autorais; política de procedimentos do repositório; Acesso; Uso.” (KIM apud ROMANETO; FERREIRA, SANTOS, 2018.), Rodrigues e Rodrigues(2012) acrescentam ainda “o depósito de documentos, a taxa média de depósito/dia, taxas de arquivo e auto-arquivo, taxa de documentos em texto integral.” e a “Dimensão externa: número de downloads e pesquisas sobre comunidades, coleções, autores.” (CASSELA, 2010).

Sobre os dados quantitativos da pesquisa, o sistema DSpace fornece a visualização das estatísticas padrão, quando há habilitação desse parâmetro, no caso da BDMPF, as permissões para visualização das estatísticas está padronizada para cada item, estando a estatística geral disponibilizada para o administrador geral. Assim, foram extraídas as estatísticas de uso, fluxo de submissão e visitas com variáveis de intervalo de tempo: global, 6 meses anterior, ano anterior, mês anterior e período de nov./2019 a maio de 2020. Os dados foram obtidos em 08 de maio de 2020 das estatísticas fornecidas pelo sistema DSpace e consolidados em tabela formato xml. Vale ressaltar que o Google

Analytics só foi vinculado ao DSpace em fevereiro de 2020, o que influenciou na escolha da métrica de visualizações em um curto período. Na apresentação dos dados coletados foram utilizados gráficos de barras, circulares, histogramas e gráfico de tendência com aplicação de estatística de correlação que pode prever comportamento futuro de uma coleção a partir de uma variável.

4 Estudo de caso: a Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro

Esta seção está destinada a caracterização do campo estudado, observando a organização da informação e o detalhamento da estruturação, análise de documentos e de repositórios de outras institucionais, além da análise estatísticas de visualizações e fluxo de submissão do repositório.

4.1 Abordagem sobre o Ministério Público Federal

A organização da informação e do conhecimento como pressuposto do êxito institucional através de um desenvolvimento eficaz e eficiente de seus sistemas evidencia a necessidade que as instituições têm em adotar práticas atuais e investimento em recursos humanos e tecnológicos com objetivo de lograrem uma boa gestão de recursos humanos e financeiros. Diante dessa afirmativa, considera-se que a instituição do Ministério Público Federal Brasileiro por meio do seu planejamento estratégico adotou várias práticas, em destaque, a de projetos para desenvolver atividades que pudessem suportar às novas demandas.

Assim, o enfoque atribuído nesta seção será o de conhecer um pouco sobre essa instituição que possui dentre suas atribuições o de fiscalizar a correta aplicação das Leis, conforme previsto no Capítulo IV, das Funções essenciais à justiça, Seção I, do Ministério Público constantes na Constituição República Brasileira, em que se tem no “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2010, p.19). É um órgão essencial à justiça, contudo não pertence à estrutura do poder judiciário brasileiro, pois atua como um elemento autônomo no sistema legal. Divide-se em Ministério Público da União e em Ministério Público dos Estados; sendo independentes entre si, “não havendo qualquer vínculo de ordem funcional, administrativa ou hierárquica entre cada um” (GARCIA, 2008, p. 75), conforme o apresentado na Figura 2 relacionado ao organograma do MPB².

² <http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/sobre-o-mpf-1>



Figura 2 - Organograma do MPB

Nesta direção, é oportuno o destaque ao Ministério Público da União, pois é o ambiente onde se insere um dos ramos em que a biblioteca digital está instalada. O MPU segue a normativa estabelecida na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993³ que dispõe sobre sua organização, atribuições e o seu estatuto. Sua estrutura é composta por quatro ramos, conforme visto no organograma acima, é chefiado pelo Procurador-Geral da República e sua sede fica situada em Brasília, nas mesmas condições de funcionamento do MPF, pois “não tem existência funcional própria, independente dos seus ramos; é, assim, uma Instituição apenas sob a perspectiva administrativa”(GAVRONSKI, 2015, p. 117), como a presente pesquisa é realizada no âmbito do Ministério Público Federal, é válido esboçar uma breve contextualização.

O Ministério Público Federal (MPF) é um dos ramos do MPU, conforme exposto no organograma anterior, tem competência a atuação nas seguintes áreas: cível, criminal, eleitoral, ambiental, defesa de direitos das populações indígenas, entre outros. Atua perante o Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais, e os Tribunais e Juízes Eleitorais; dentre suas principais funções, tem-se a instauração de inquérito civil, a requisição de diligências investigatórias e o controle externo da atividade das polícias federais. É também regido pela Lei Complementar n.75⁴, que tem em seu capítulo I, a competência, órgão e carreiras, além da sua composição estabelecidas no Art. 43: Procurador-Geral da República; Colégio de Procuradores da República; Conselho Superior do Ministério Público Federal; Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Corregedoria do Ministério Público Federal; Subprocuradores-Gerais da República; Procuradores Regionais da República; Procuradores da República. Tem por missão “promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm

Democrático de Direito” e por visão “até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção” (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011).

Assim, é nesse ambiente organizacional, composto por uma imensa estrutura e que possui uma vasta produção de informação, documento e conhecimento, que a biblioteca digital se encaixa, mas antes de se aprofundar nessa temática, é válido ressaltar pontos relevantes de desenvolvimento da instituição que deu seu início por meio do projeto de modernização do MPF, o qual teve o Planejamento Estratégico Institucional(PEI) 2011-2020 como principal elemento norteador das novas práticas institucionais e às quais foram muito bem delineadas no mapa estratégico institucional. O PEI foi instituído pela Portaria nº 687, de 20 de dezembro de 2011⁵, e posteriormente alterada pela Portaria PGR/MPF nº 57, de 2 de fevereiro de 2016⁶ o que demonstra o compromisso da instituição em nível nacional para que tal programa pudesse ser efetivado internamente e onde se tem três perspectivas: aprendizado e crescimento; processos internos e sociedade e sete temas distribuídos nessas perspectivas, onde se destaca o tema 2 - comunicação e conhecimento.

MAPA ESTRATÉGICO - 2011/2020

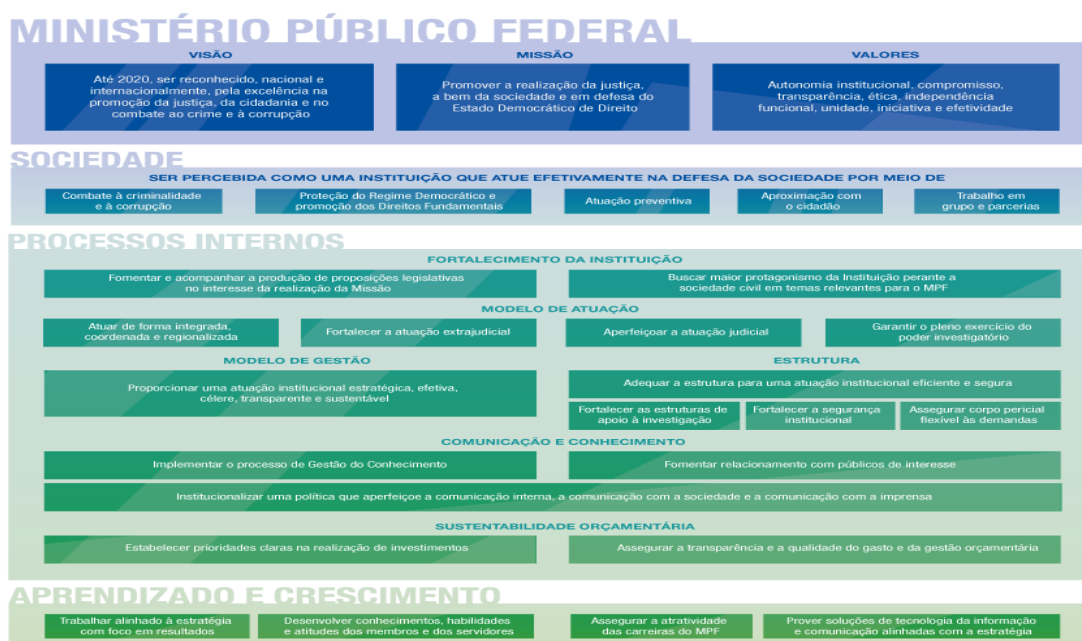


Figura 3 - Mapa estratégico do MPF

5

<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/20697/PORTARIA%20PGR%20N%20%ba%20687-2011.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

6 http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/78247/PT_PGR_MPF_2016_57.pdf

A figura 3 apresenta o mapa estratégico⁷, onde é possível visualizar uma preocupação latente pela implementação do programa de gestão do conhecimento, o qual contempla “a análise qualitativa, sistematização, classificação, difusão interna e compartilhamento de dados e informações com núcleos de inteligência externos, gerando subsídios para a atuação dos membros, inclusive para tomada de decisões estratégicas pelos gestores das unidades do MPF” (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011). Nessa perspectiva, é importante destacar que um dos focos de atenção, advindos do resultado do levantamento de processos internos, relacionados no indicador Comunicação e Conhecimento, é o correspondente à implementação da gestão do conhecimento como uma das vertentes de atuação. Assim, observou-se a velocidade em que sistemas de gestão e mapeamento de fluxo de processos e atividades surgiram para subsidiar a implantação de novas rotinas de trabalho na instituição. Dentre vários sistemas desenvolvidos para subsidiar esse objetivo estratégico, pode-se destacar:

- Sistema Único - é o responsável pela tramitação e gerenciamento da documentação produzida e recebida pela instituição, tanto física quanto digital;
- Sistema Eletrônico de Governança e Gestão Estratégica (SIGOV) - é uma plataforma de acompanhamento da gestão estratégica do MPF;
- Portal Wiki do MPF - é uma plataforma de gestão do conhecimento;
- Sistema de gestão administrativa - é uma plataforma para acompanhamentos dos contratos e licitações no âmbito da instituição;
- Portal Colabora do MPF - plataforma de equipe de trabalho em determinado assunto que compartilha documentos e troca de mensagens;
- Portal APTUS 4 - é um buscador de pesquisa no banco de dados institucional;
- DSPACE - é o sistema responsável pelo gerenciamento dos documentos depositados na BDMPF.

Obviamente não se deve atribuir o sucesso ou fracasso de um projeto deste porte somente à criação de ferramentas digitais, mas principalmente ao grau de comprometimento institucional para um alcance de forma exitosa de cada meta atribuída. Como é possível constatar esse grau de envolvimento por meio da publicação de várias portarias que existem com formação de equipes multidisciplinares, além da troca constante de informações e planejamento de cada projeto, por meio de um detalhado estudo e proposto de forma técnica de cada ideia pensada para execução, é o somatório desses componentes que irá viabilizar efetivamente a implementação da gestão do conhecimento na organização.

⁷ <http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/mapa-estrategico>

Diante do exposto, é válido ressaltar qual informação é importante para o MPF, portanto, conforme o mencionado no início desta seção, o MPF é um órgão que é essencial à justiça, que preza pelos direitos coletivos e vigilância dos preceitos constitucionais, dentre esse arcabouço de atividades, destaca-se a informação jurídica que tramita na atividade finalística institucional. Porém, também há as de caráter administrativo que percorrem as atividades da área-meio. Neste contexto, a Resolução 63, de 1º de dezembro de 2010⁸ estabelece em seu “Art. 1º. Criar as Tabelas Unificadas do Ministério Público, objetivando a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processual judicial/extrajudicial, nas unidades do Ministério Público da União e dos Estados.” A criação das tabelas unificadas dirime as dúvidas que porventura surjam durante a inserção dos dados nos sistemas destinados a área-fim que corresponde aos documentos processuais.

Para atender a área-meio, foi criada a Tabela Unificada⁹ para gestão administrativa por meio da Resolução CNMP nº 123, de 12 de maio de 2015¹⁰, em que dispõe no seu Art.1. “§ 1º Ficam criadas as Tabelas Unificadas do Ministério Público, objetivando a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentos de expedientes de gestão administrativa, nas unidades do Ministério Público da União e dos Estados.” Na página do CNMP¹¹, há várias orientações, manuais e os arquivos das tabelas para downloads. Esse recorte é importante para demonstrar o posicionamento da instituição frente à organização da informação em seu âmbito de atuação, pois traz diretrizes nacionais visando um padrão de terminologia, capaz de facilitar a recuperação da informação, a eficiência no uso de recursos e o fornecimento de dados estatísticos para subsidiar decisões em suas rotinas.

⁸ <https://www.cnmp.mp.br/tabelasunificadas/images/stories/legislacao/resolucao-n-63-10-taxonomia.pdf>

⁹ https://sgt.cnmp.mp.br/consulta_publica_assuntos.php

¹⁰ <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-123.pdf>

¹¹ <https://www.cnmp.mp.br/tabelasunificadas/noticias/41-taxonomia-tabelas-unificadas-ja-estao-disponiveis-para-acesso-no-site-do-cnmp>

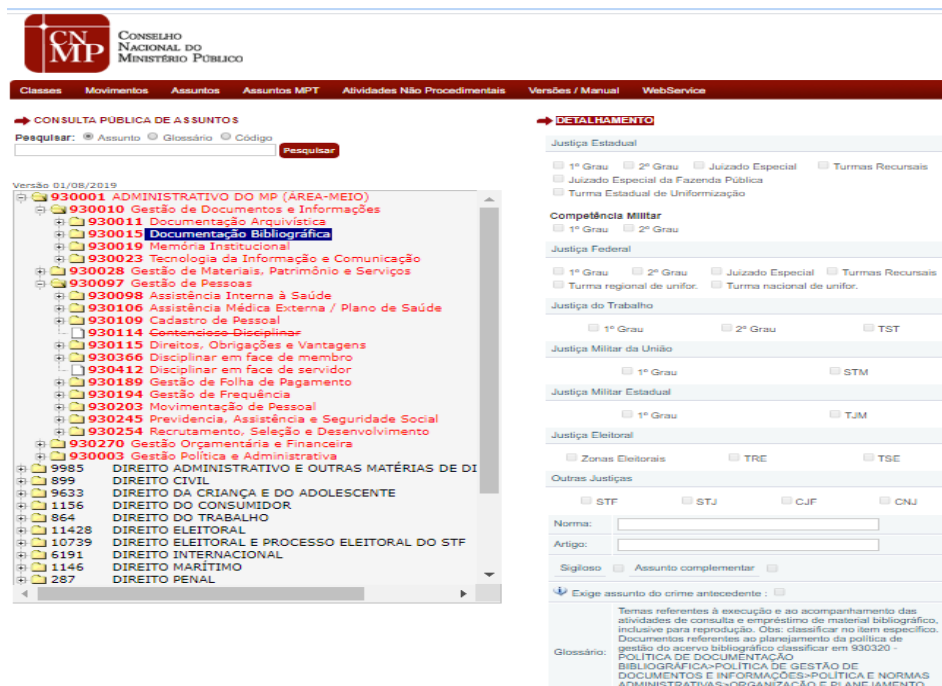


Figura 4 - Tabela unificada do CNMP área-meio

Além das tabelas unificadas, há também na área arquivística as tabelas de temporalidade documental da área meio e fim e seus índices; existe ainda, no âmbito da rede de bibliotecas do MPF a adoção do vocabulário controlado do Senado Federal.

4.2 Abordagem do desenvolvimento da Biblioteca digital no setor público

Como parâmetro de atuação do repositório institucional do MPF, optou-se em fazer um breve levantamento do cenário atual para observar o desenvolvimento e tendências dos repositórios em outras instituições brasileiras que tenham conteúdos jurídicos. Nesse viés, foram analisadas as bibliotecas digitais nos sites das seguintes instituições: STF, STJ, TST, TSE, Câmara dos Deputados e Senado Federal, todos situados em Brasília e com mesmo grau de importância no cenário jurídico e estrutura que o MPF.

a) Supremo Tribunal Federal (STF)

A Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal possui:

[...]dois tipos de acervo: o bibliográfico e o comum. O acervo bibliográfico apresenta os livros digitalizados da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. O acervo comum disponibiliza

documentos digitais de diversas áreas do STF em diferentes suportes, por exemplo: peças de museu, processos históricos, entrevistas, áudios e vídeos da TV e da Rádio Justiça, e outros documentos de interesse da sociedade.¹²

As coleções estão distribuídas em: obras raras, obras completas de Rui Barbosa, domínio público, publicações institucionais, produção intelectual de ministros e servidores. O sistema permite os recursos de: pesquisa livre e/ou avançada, tem como resultado os documentos relevantes para o argumento descrito na pesquisa. A visualização do documento pode ser por PDF (Portable Document Format) ou por *download* do arquivo compactado. Em decorrência da análise realizada no site do STF não foi possível constatar qual sistema foi utilizado para gerenciamento das coleções.

b) Superior Tribunal de Justiça (STJ)

A Biblioteca Digital Jurídica¹³ (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça possui coleções dos Atos Administrativos, Doutrina e Repositório Institucional. O sistema utilizado é o DSPACE e permite o recurso de pesquisa livre e avançada. Alguns documentos possuem acesso restrito ao público externo, sendo solicitado login senha para o público interno.

c) Tribunal Superior do Trabalho (TST)

A JusLaboris é a biblioteca digital do Tribunal Superior do Trabalho que faz uso do sistema DSpace e está inserido na lista da comunidade Duraspece. “A JusLaboris dissemina conhecimento na área de direito do trabalho, permitindo a pesquisa em seus 39051 itens, observada a legislação de direitos autorais em vigor.”¹⁴

Sua estruturação é disposta nas seguintes coleções: doutrina: artigos, revistas e livros digitais; atos normativos: do TST/CGJT/CSJT/Enamat, Regimentos internos, Regulamento Geral da Secretaria do TST; Boletim Interno do TST, Atos de expediente e normas administrativas, Publicações do TST, cadernos selecionados, Acervo multimídia, Conselho Nacional do Trabalho (CNT); Produção intelectual de Ministros e Servidores / Trabalhos acadêmicos: produção intelectual de Ministros, de Servidores e Trabalhos acadêmicos. Dentre as coleções disponibilizadas, só foi verificada acesso restrito apenas à coleção Boletim Interno do STJ.

¹² <http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>

¹³ <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/>

¹⁴ <https://juslaboris.tst.jus.br/>

d) Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral “é uma plataforma que armazena, preserva e divulga documentos e publicações da JE, bem como proporciona acesso a eles em meio digital e em inteiro teor”¹⁵. Faz uso do DSpace , está cadastrada na comunidade Duraspace e apresenta as seguintes coleções: boletim interno: edições extraordinárias e especiais, edições ordinárias; doutrina: artigos, bibliografias selecionadas, entrevistas/reportagens, livros digitais, obras raras, revistas, sumários de publicações, trabalhos acadêmicos; museu do voto: acervo, ações educativas, exposições; Repositório Institucional da Justiça Eleitoral: acervo multimídia, produção intelectual dos ministros/desembargadores e servidores, publicações da Justiça Eleitoral.

e) Câmara dos deputados

“A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados reúne conteúdos informacionais relevantes para as atividades legislativas.”¹⁶ Foi desenvolvida na plataforma digital do DSpace com customização da página, o que permite uma boa navegabilidade nas coleções. Os arquivos dos documentos são do tipo .pdf, tem por padrão de metadados os adotados no Dublin Core. Possui as seguintes coleções e sub-coleções e tipologias documentais:

- Coleção Anais, sub-coleção: Anais da Câmara dos Deputados, Anais das Assembleias Constituintes, Tramitação das proposições de 1869 a 1947;
- Coleção Livros e Revistas: Cadernos Aslegis, Constituições, Documentos, Arquivísticos, Edições Câmara, E-Legis, Estudos das Consultorias, Outras Publicações da Câmara, Produção Acadêmica, Publicações Externas, Quadros Históricos de Dispositivos Constitucionais, Regimento Interno, Relatórios das Comissões
- Coleção Multimídia, sub-coleção: Áudios, Vídeos;
- Coleção Obras raras, sub-coleção: Leis da República, Leis do Império, Livros Raros, Periódicos Raros.

¹⁵ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/biblioteca/biblioteca-digital>

¹⁶ <http://bd.camara.gov.br/bd/page/about>

f) Senado Federal

“A Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) armazena, preserva, divulga e dá acesso”¹⁷ aos documentos legislativos. Foi criada em 2006 e está estruturada na plataforma digital do DSpace com customização da página, o que permite uma boa navegabilidade nas coleções. Os arquivos dos documentos são do tipo .pdf e .html e o padrão de metadados adotados segue o Dublin Core. A estatística de uso está disponível por visualizações cada mês, por países, e por cidades. Possui um acervo aproximado com mais de 250 mil itens distribuídos nas seguintes coleções e sub-coleções e tipologias documentais:

- Coleção: Senado Federal: Sub-coleção: Publicações institucionais: Relatórios; Revistas e Jornais; Artigos; Livros; Multimídia; Notas técnicas; Teses, Dissertações e Monografias; Submissões recentes; Sub-coleção: Comissões do Senado Federal e Congresso Nacional;
- Coleção Legislação: sub-coleção: texto; áudio
- Coleção Senadores; sub-coleção: legislatura atual; legislaturas anteriores;
- Coleção Obras raras; sub-coleção: Livros raros; Manuscritos e Revistas raras: Brasília, D. Quixote, Don Quixote: jornal ilustrado de Angelo Agostini, O catão, Revista Moderna;
- Coleção Jornais e revistas; sub-coleção: Constituinte de 1988, Correio Braziliense, Correio do Planalto, Diário de Brasília, Folha de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal da Tarde, Jornal de Brasília, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Revistas, Sete Dias da Semana, Tribuna da Imprensa, Tribuna do Brasil, Valor Econômico, Última Hora;
- Biblioteca do Senado Federal; sub-coleção: Documentos e Notícias da Biblioteca; Coleção de acesso restrito: Artigos e capítulos digitalizados, Normas; Revistas assinadas: Revista de arbitragem e mediação, Revista de direito ambiental, Revista de direito civil contemporâneo, Revista de direito constitucional e internacional, Revista de direito do trabalho, Revista de direito empresarial : ReDe, Revista de direito tributário contemporâneo, Revista de processo comparado, Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, Revista iberoamericana de derecho procesal, Revista internacional de direito ambiental;
- Textos diversos.

¹⁷ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/page/sobre>

g) Ministério Público do Trabalho¹⁸

Não foi encontrado nenhum registro sobre biblioteca digital do MPT, o que há no site refere-se apenas ao catálogo no sistema pergamum dos livros disponibilizados na biblioteca física.

h) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios¹⁹

Não foi encontrado nenhum registro sobre biblioteca digital do MPDFT, o que há no site refere-se apenas ao catálogo no sistema pergamum dos livros disponibilizados na biblioteca física.

i) Ministério Público Militar

Não foi encontrado nenhum registro sobre biblioteca digital do MPDFT, o que há no site refere-se a uma página da biblioteca física com informações pertinentes ao seu funcionamento dentre outros.

Assim, diante de uma análise genérica realizada nas instituições listadas nesta seção, é possível verificar uma estruturação das comunidades com base em estruturas administrativas, em sua grande maioria, também há um destaque importante para documentação administrativa, onde são disponibilizados em grande parte atos administrativos; outro destaque é para um número grande na coleção da memória institucional. Ao se realizar uma pesquisa no site do Duraspace²⁰ no campo comunidade, foi levantado, ao aplicar o filtro país: Brazil, que tem somente: 71 acadêmicos, 24 governamentais e 6 centros de pesquisas cadastrados como utilizadores do DSPACE; no campo governamental, observou-se que apenas a BDJur, JusLaboris, Bibliotecas da Câmara e do Senado estão listados na comunidade. Apesar das demais utilizarem o sistema, ainda não fazem parte da lista da comunidade, não sendo possível identificar uso do DSpace pelo STF. Por mais que não tenha caráter obrigatório, o cadastro nesta comunidade é relevante para se ter uma uniformidade e troca de informações importantes de manutenção e resoluções de problemas técnicos ocasionais, além de tomar conhecimento de novas abordagens e iniciativas. Outro destaque é dado para questão do acesso aos documentos, grande parte das coleções é composta por

¹⁸ <https://mpt.mp.br/>

¹⁹ <https://www.mpdft.mp.br/portal/>

²⁰ [http://registry.duraspace.org/registry/dspace?f\[o\]=field_country%3Abrazil&f\[1\]=field_institution_type%3Agovernment](http://registry.duraspace.org/registry/dspace?f[o]=field_country%3Abrazil&f[1]=field_institution_type%3Agovernment)

documentos de acesso livre e os que requerem assinatura, ficam disponibilizados apenas para pessoas com vínculo institucional, condicionado ao acesso por login e senha. Assim, esta pequena análise do cenário nacional, tem relevância para se traçar comparações com o que vem sendo desenvolvido no âmbito da BDMPF e verificar em qual nível de estrutura sua coleção está estabelecida.

4.3 Apresentação da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal

O campo de estudo desta pesquisa abrange o Ministério Público Federal (MPF), mais especificamente a Biblioteca Digital do Ministério Público Federal (DBMPF) que é o objeto de avaliação. O MPF tem vinculação da sua coordenação nacional com a Procuradoria Geral da República (PGR), com sede em Brasília. Possui uma estrutura Administrativa conforme o disposto no anexo V do Regimento Interno Diretivo do MPF, instituído pela Portaria MPF nº 357, de 5 de maio de 2015²¹ e apresenta por ordem hierárquica: Secretaria-Geral do MPF; Secretaria Jurídica e de Documentação (SEJUD); Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (COBIP); Divisão de Biblioteca Digital (DBD), conforme organograma²² da SEJUD abaixo:

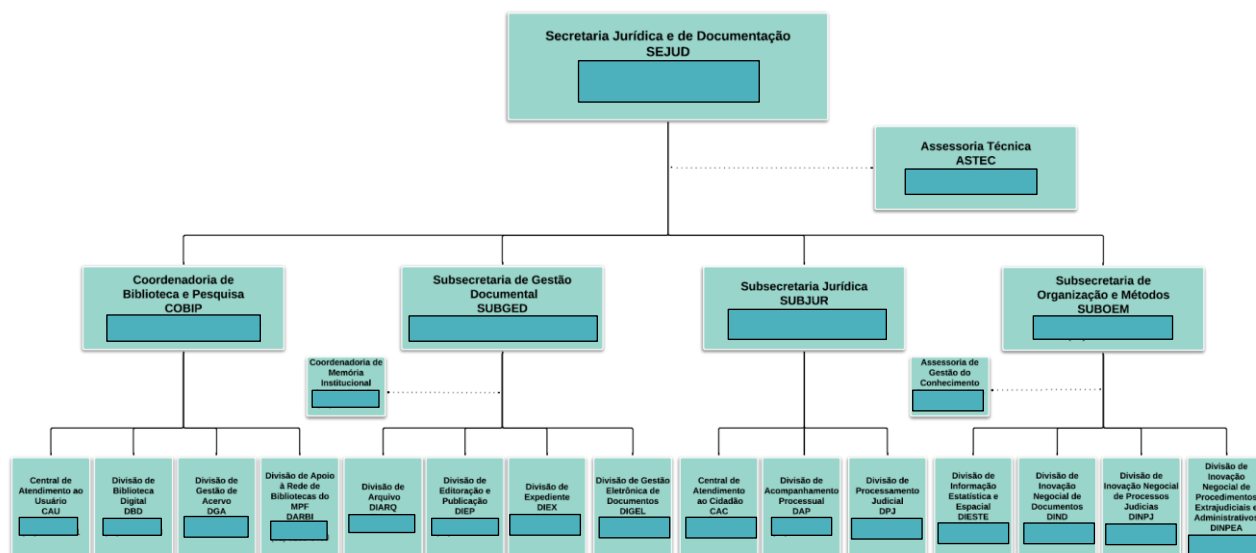


Figura 5 - Organograma da SEJUD

²¹http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/26587/PT_PGR_MPF_2015_357.pdf

²² https://portal.mpf.mp.br/wiki/index.php5/SEJUD:Divis%C3%A3o_de_Biblioteca_Digital_-_DBD

A Divisão da Biblioteca Digital é a unidade responsável pela coordenação da biblioteca digital em nível nacional e pela implantação, implementação e orientações a todas as equipes responsáveis pela atualização e cadastro do conteúdo digital da base. Conforme o disposto na Portaria PGR/MPF N° 382, de 5 de maio de 2015²³, que trata do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, especificamente o Art. 266 que trata da competência da DBD:

- I - gerenciar os serviços de busca, acesso, recuperação e preservação de informações bibliográficas e da legislação pertinentes ao Ministério Público Federal em meio digital;
- II - promover estudos para a otimização de recursos e compartilhamento de acervos, produtos e serviços da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal;
- III - gerenciar a Biblioteca Digital do Ministério Público Federal, propondo políticas e padrões de descrição física e temática dos objetos digitais;
- IV - tratar e consolidar os atos produzidos pela Procuradoria-Geral da República;
- V - dar suporte técnico às demais unidades do Ministério Público Federal na alimentação da Biblioteca Digital;
- VI - prover a Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa de mecanismos de modernização para publicações eletrônicas; e
- VII - garantir a guarda e a transparência dos convênios e instrumentos congêneres nos quais o Ministério Público Federal seja parte cooperante.
- VIII – manter o controle de prazo, o registro, o acompanhamento, a guarda e a transparência dos convênios e instrumentos congêneres nos quais o Ministério Público Federal seja parte cooperante. (Incluído pela Portaria SG/MPF n° 284, de 15 de abril de 2016)
- IX – realizar a prospecção de ferramentas e tecnologias relacionadas à guarda e recuperação dos ativos normativos editados, bem como convênios e instrumentos congêneres nos quais o Ministério Público Federal seja parte cooperante; e (Incluído pela Portaria SG/MPF n° 363, de 11 de maio de 2016)
- X – propor e apoiar medidas de cooperação entre o Ministério Público Federal e demais instituições no que diz respeito ao compartilhamento de recursos informacionais produzidos. (Incluído pela Portaria SG/MPF n° 363, de 11 de maio de 2016)

É necessário esclarecer que houve mudança de nomenclatura na estrutura em 2016, antes era Divisão de Biblioteca Digital-DBD, passou para Divisão de Gestão de Fontes e Recursos Informacionais-DGFRI, conforme Portaria SG/MPF n° 363, de 11 de maio de 2016. Porém, houve novamente uma outra alteração advinda da Portaria SG/MPF n° 942, de 15 de setembro de 2017²⁴ que restabeleceu a nomenclatura inicial DBD e a qual

²³http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/26764/PT_SG_MPF_2015_382.pdf

²⁴

http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/118528/PT_SG_MPF_2017_942.pdf?sequence=1&isAllowed=y

está em vigor até o momento. Essas anotações são válidas para registrar a trajetória deste projeto, em que pese sua contextualização do início de suas atividades. Tendo como um cenário desafiador e propulsor de novas formas de atuação, a COBIP iniciou o projeto de Biblioteca Digital do MPF(BDMPF) em 2014, envolvendo todas as unidades que compõem a Rede bibliotecas do MPF e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

a) Estrutura do Repositório

A BDMPF é um repositório institucional híbrido que “tem como objetivo principal reunir, armazenar, preservar e disponibilizar o conhecimento produzido pelas unidades do Ministério Público Federal (MPF)” (site internet²⁵). Faz uso do software livre DSpace e sua estrutura contempla as seguintes comunidades:

- Áreas temáticas
Possui as subcomunidades: 1ª CCR - Direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral; 2ª CCR – Criminal; 3ª CCR - Consumidor e ordem econômica; 4ª CCR - Meio ambiente e patrimônio cultural; 5ª CCR - Combate a corrupção; 6ª CCR - Populações indígenas e comunidades tradicionais; Biblioteca Digital da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão; 7ª CCR - Controle externo da atividade policial e sistema prisional; Administrativas; Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União; Ouvidoria; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
- Atos Administrativos
Possui as subcomunidades: Procuradoria Geral da República; Procuradorias Regionais da República; Procuradorias da República nos Estados; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Conselho Superior do Ministério República Federal; Corregedoria do Ministério Público Federal; Ouvidoria do Ministério Público Federal; Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Conselho Nacional do Ministério Público;
Cada Subcomunidade possui as seguintes coleções: Ato, Aviso, Edital, Estatística de Produtividade, Instrução, Ordem de Serviço, Orientação Normativa, Portaria e Resolução.
- Convênios e Instrumentos Congêneres
Sua composição é de convênio, contrato de repasse, termo de execução descentralizada, acordo/termo de cooperação e termos aditivos do MPF.
- Diários e Boletins

²⁵<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>

Sua coleção é composta por: BSMPF - Boletins de Serviço do Ministério Público Federal; BSMPU - Boletins de Serviço do Ministério Público da União; DMPFe - Diário do Ministério Público Federal Eletrônico; DOU - Diário Oficial da União

- Publicações institucionais

Sua coleção é composta por: boletins; cartazes, folders e imagens; Comunicação e Educação; Históricas; Informativo de Teses Jurídicas do PGR; Legislações; Manuais Temáticos; Normas e Manuais Técnicos; Produção Intelectual de Membros e Servidores; Publicações Institucionais; Relatórios de Atividades ou de Gestão; Relatórios de Atuação; Roteiros de Atuação; Vídeos.

- Trabalhos acadêmicos de membros e servidores

A estrutura atual é composta por seis coleções e dentro destas por unidades administrativas, em que essa relação de comunidades e subcomunidades norteia o esquema com a qual a BDMPF está estruturada, cabendo a biblioteca de cada unidade do MPF a responsabilidade pela inclusão dos seus documentos, um trabalho em uma grande rede de bibliotecas, onde há um cadastro prévio de permissões de catalogadores e revisores para servidores e estagiários que preferencialmente são vinculados à Divisão ou Seção de biblioteca de cada unidade. Conforme o explicitado na Figura 12, a quantidade significativa de itens do seu acervo é composta por atos administrativos e é nesta coleção que há também o destaque e diferencial que corresponde à “consolidação dos Atos, que se dá quando um ato sofre modificação após sua publicação original. Ou seja, além do Ato em si, no arquivo também consta as modificações anteriores/posteriores à publicação original. Ex. Alteração, revogação, citação (VIDE) e outras” (WikiMPF). Esse tipo de tratamento é importante para registrar o histórico de decisões tomadas pela instituição sobre determinada área de atuação.



Figura 6 - Página inicial da BDMPF

b) Fluxo de submissão de documentos

Os itens na biblioteca digital devem seguir a normativas adotadas e disponibilizadas na WikiMPF, conforme o descrito mais adiante. No sistema DSpace o fluxo foi padronizado para seguir os campos, os quais alguns são de preenchimento obrigatório, em conformidade com as normas adotadas. São eles e na ordem listada:

Descrição: título(obrigatório); título alternativo; unidade macro (obrigatório); setor (obrigatório e controlado); assinado por; tipo de documento; data de assinatura(obrigatório); data de publicação(obrigatório); ementa; número (obrigatório); publicação (obrigatório); assunto (obrigatório e controlado); assunto complementar; situação → Upload → Revisão → Licença → Aprovação.

c) Metadados do Repositório

Quanto ao esquema padrão de metadados utilizados, o Dublin Core Metadata é o adotado, com os elementos disponíveis para uso na catalogação de cada item. Há disponível no painel administrativo do sistema a seção de registro de metadados onde se pode encontrar uma lista de todos os campos de metadados disponíveis no repositório e com opção de inclusão de novos esquemas, conforme disposto na figura abaixo.

seguro | bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/admin/metadata-registry

Biblioteca Digital Perfil: Valéria Regina da Silva (PR.MA) | Sair

Página inicial → Registro do metadado

Registro de metadado

O registro de metadados mantém uma lista de todos os campos de metadados disponíveis no repositório. Estes campos podem ser divididos entre vários esquemas. No entanto, o DSpace requer esquema do Dublin Core qualificado. Você pode estender o esquema Dublin Core com campos adicionais ou adicionar novos esquemas para o registro.

ID	Namespace	Nome
1	http://dublincore.org/documents/dcmi-terms/	dc
2	http://dspace.org/eperson	eperson
3	http://purl.org/dc/terms/	dcterms
4	http://dspace.org/namespace/local/	local

Excluir esquema

Adicionar novo esquema

Namespace:
Namespace deve ser um local URI estabelecida para o novo esquema.

Nome:
Notação abreviada para o esquema. Isto irá ser utilizado para prefixo de nome de um campo (por exemplo, dc.element.qualifier). O nome deve ser inferior a 32 caracteres e não pode incluir espaços, períodos ou sublinhados.

Buscar D Space

Navegar

- Todo o repositório
- Unidades e Coleções
- Por data do documento
- Autores
- Títulos
- Assuntos

Minha conta

- Sair
- Perfil
- Submissões

Administrativo

- Painel de controle
- Controle de acesso
- People
- Grupos
- Autorizações
- Content Administration
- Itens
- Itens removidos
- Itens restritos
- Importar metadado
- Batch Import (ZIP)
- Registros
- Metadado
- Formato
- Estatísticas
- Tarefas do revisor

Figura 7 - Registro de metadados

Na figura 8 é possível verificar o registro de metadados dc comm seu respectivo nome: dc e namespace: <http://dublincore.org/documents/dcmi-terms/> , além dos campos e notas de escopo .

Esquema de campo de metadado

ID	Campo	Nota de escopo
8	dc.contributor.advisor	Use primarily for thesis advisor.
9	dc.contributor.author	
10	dc.contributor.editor	
11	dc.contributor.illustrator	
12	dc.contributor.other	
162	dc.contributor.sector	Aroldo
163	dc.contributor.signature	Aroldo
7	dc.contributor	A person, organization, or service responsible for the content of the resource. Catch-all for unspecified contributors.
13	dc.coverage.spatial	Spatial characteristics of content.
14	dc.coverage.temporal	Temporal characteristics of content.
161	dc.coverage	Aroldo
15	dc.creator	Do not use; only for harvested metadata.
17	dc.date.accessioned	Date DSpace takes possession of item.
18	dc.date.available	Date or date range item became available to the public.
19	dc.date.copyright	Date of copyright.
20	dc.date.created	Date of creation or manufacture of intellectual content if different from date issued.

Administrativo

- Painel de controle
- Controle de acesso
- People
- Grupos
- Autorizações
- Content Administration
- Itens
- Itens removidos
- Itens restritos
- Importar metadado
- Batch Import (ZIP)
- Registros
- Metadado
- Formato
- Estatísticas
- Tarefas do revisor

Figura 8 - Registro de metadados dc.

Em prosseguimento à apresentação do esquema de metadado, a figura 9 apresenta o registro de metadados Person com namespace: <http://DSpace.org/eperson> e seus respectivos campos adotados sem nota de escopo atribuída.

Esquema de campo de metadado

	ID	Campo	Nota de escopo
<input type="checkbox"/>	1	eperson.firstname	
<input type="checkbox"/>	4	eperson.language	
<input type="checkbox"/>	2	eperson.lastname	
<input type="checkbox"/>	3	eperson.phone	

Figura 9 - Registro de metadados Person

Na figura 10 há registro de metadados dc terms, com Namespace: <http://purl.org/dc/terms/> e nome: dc terms, com os campos e notas de escopo devidamente preenchidos.

Esquema de campo de metadado			
	ID	Campo	Nota de escopo
<input type="checkbox"/>	73	dcterms.abstract	A summary of the resource.
<input type="checkbox"/>	74	dcterms.accessRights	Information about who can access the resource or an indication of its security status. May include information regarding access or restrictions based on privacy, security, or other policies.
<input type="checkbox"/>	75	dcterms.accrualMethod	The method by which items are added to a collection.
<input type="checkbox"/>	76	dcterms.accrualPeriodicity	The frequency with which items are added to a collection.
<input type="checkbox"/>	77	dcterms.accrualPolicy	The policy governing the addition of items to a collection.
<input type="checkbox"/>	78	dcterms.alternative	An alternative name for the resource.
<input type="checkbox"/>	79	dcterms.audience	A class of entity for whom the resource is intended or useful.
<input type="checkbox"/>	80	dcterms.available	Date (often a range) that the resource became or will become available.
<input type="checkbox"/>	81	dcterms.bibliographicCitation	Recommended practice is to include sufficient bibliographic detail to identify the resource as unambiguously as possible.
<input type="checkbox"/>	82	dcterms.conformsTo	An established standard to which the described resource conforms.
<input type="checkbox"/>	83	dcterms.contributor	An entity responsible for making contributions to the resource. Examples of a Contributor include a person, an organization, or a service.
<input type="checkbox"/>	84	dcterms.coverage	The spatial or temporal topic of the resource, the spatial applicability of the resource, or the jurisdiction under which the resource is relevant.
<input type="checkbox"/>	85	dcterms.created	Date of creation of the resource.

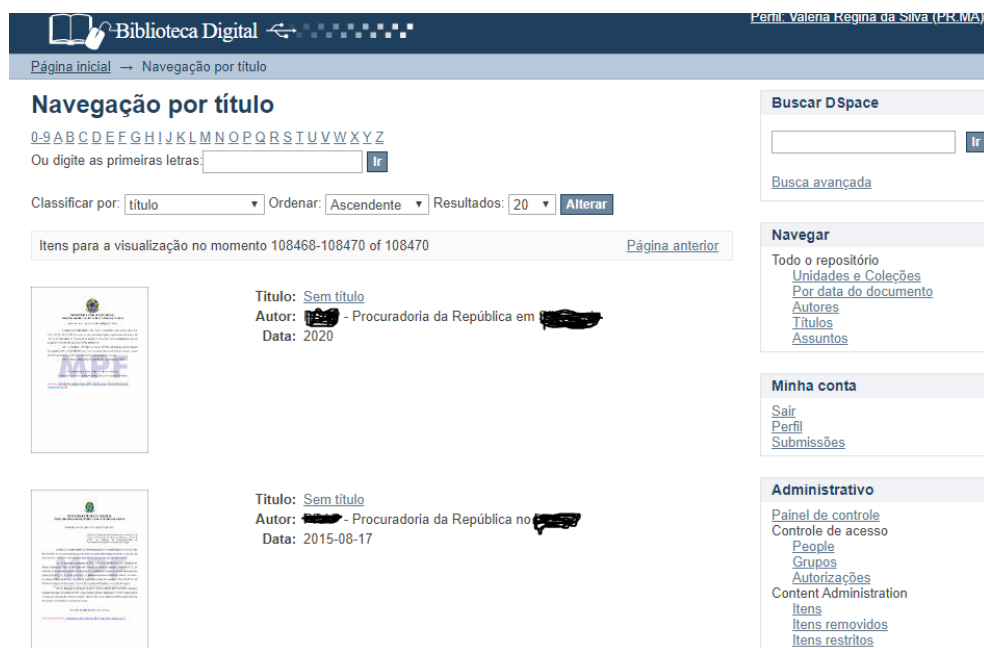
Administrativo
Painel de controle
Controle de acesso
People
Grupos
Autorizações
Content Administration
Itens
Itens removidos
Itens restritos
Importar metadado
Batch Import (ZIP)
Registros
Metadado
Formato
Estatísticas
Tarefas do revisor

Figura 10 - Registro de metadados dc terms

Por fim, há o registro do Namespace: <http://DSpace.org/namespace/local/>, mas que não possui nenhum campo de metadado vinculado.

d) Análise do conteúdo dos metadados

Título - Na navegação por título foi possível verificar que há um total de **108.468** itens para visualização, sendo detectado apenas a ausência de dados no campo título de apenas 3 documentos, conforme figura 11, a busca pode ser feita por meio da digitação das primeiras letras ou seleção numa base alfa numérica disponível e que é possível classificar o resultado por título, data do documento e data de submissão.



The screenshot shows the 'Biblioteca Digital' interface. At the top, there is a navigation bar with 'Página inicial' and 'Navegação por título'. The main heading is 'Navegação por título', followed by an alphabetical index '0-9 A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z'. Below this is a search input field with the text 'Ou digite as primeiras letras:' and a 'Ir' button. There are also dropdown menus for 'Classificar por:' (set to 'título'), 'Ordenar:' (set to 'Ascendente'), and 'Resultados:' (set to '20'), along with an 'Alterar' button. A status bar indicates 'Itens para a visualização no momento 108468-108470 of 108470' and a 'Página anterior' link. The main content area displays two document thumbnails. The first document has the following metadata: 'Título: Sem título', 'Autor: [redacted] - Procuradoria da República em [redacted]', and 'Data: 2020'. The second document has: 'Título: Sem título', 'Autor: [redacted] - Procuradoria da República no [redacted]', and 'Data: 2015-08-17'. On the right side, there is a sidebar with sections: 'Buscar DSpace' (with a search box and 'Ir' button), 'Busca avançada', 'Navegar' (with links for 'Todo o repositório', 'Unidades e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'), 'Minha conta' (with links for 'Sair', 'Perfil', and 'Submissões'), and 'Administrativo' (with links for 'Painel de controle', 'Controle de acesso', 'People', 'Grupos', 'Autorizações', 'Content Administration', 'Itens', 'Itens removidos', and 'Itens restritos').

Figura 11 - Portarias sem título

Data - na navegação por data foi possível verificar que há um total de **108.373** itens para visualização, em que há as opções digitar ano ou escolher a partir de 1930. É possível identificar os metadados dc.date.accessione; dc.date.available; dc.date.created; dc.date.issued.

Acesso - na navegação por data, observou-se que há documentos com acesso restrito, contudo, há opção do envio por meio de solicitação, conforme demonstrado nas figuras 12 e 13.



Figura 12 - Documento com restrição de acesso

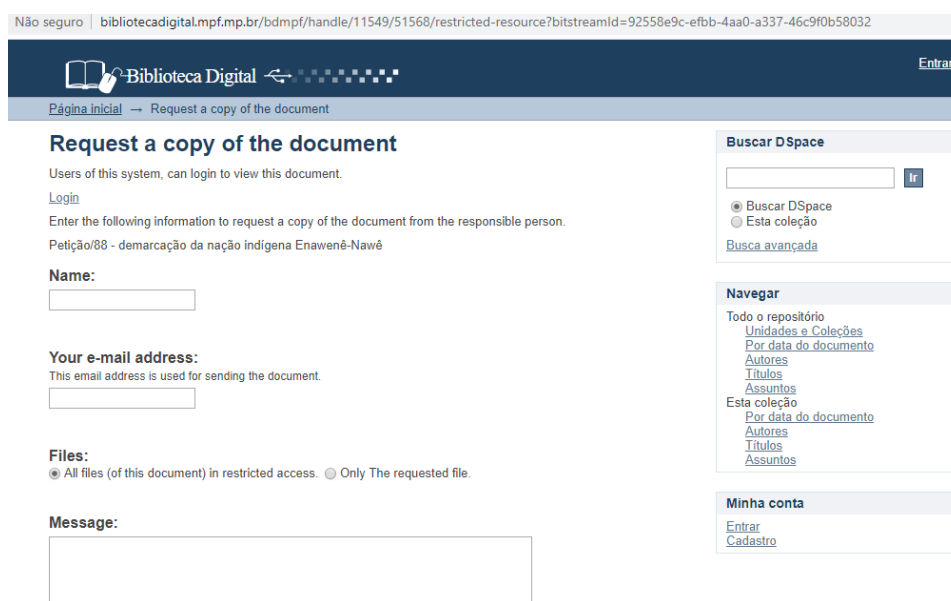


Figura 13 - Requisição de cópia de documento com acesso restrito

Autor - na navegação por autor foram contabilizados **3530** itens. É o ponto de maior obstáculo da base, pois se observa uma grande dificuldade na padronização das entradas de autoridade, conforme corrobora a análise feita por Rosado e Dias (2019, p.11) em que destacaram no seu estudo sobre controle de autoridade da BDMPF o que segue:

Um dos problemas mais evidentes e que gera significativos transtornos ao controle de autoridades dos nomes de pessoas na base de dados está relacionado à falta de padronização quanto ao uso ou não de acentos gráficos e demais sinais diacríticos, tais

como: cedilha, trema, hífen, apóstrofo, entre outros. Também não há padrão nas descrições de nomes de pessoas quanto ao uso de formas abreviadas ou supressões de partes desses nomes.

Ainda sobre campo autor, foi visualizado duplicação de entradas, ausência de padronização dos termos e ausência de registro, conforme exposto na figura 14.

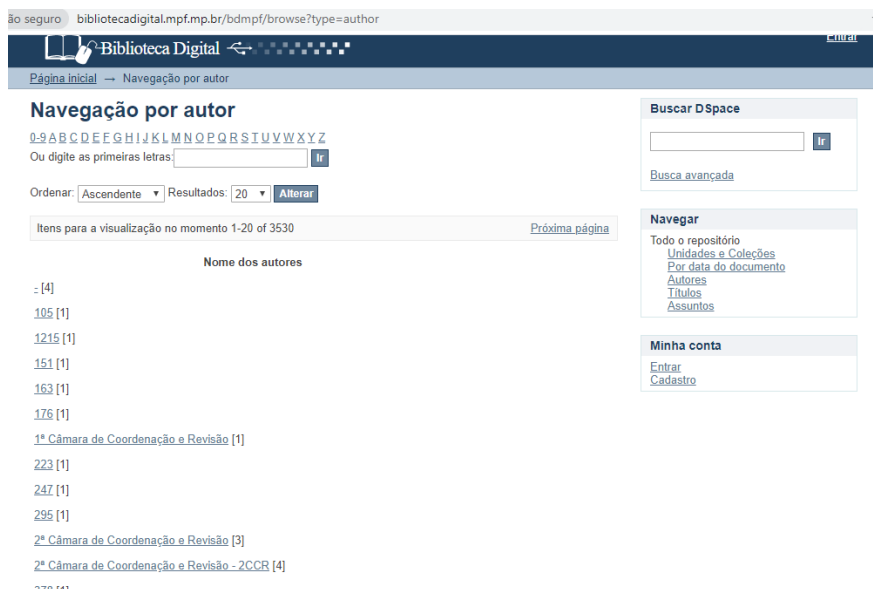


Figura 14 - Relação dos autores

Assunto – na navegação por assunto foram identificados **49.700** itens para visualização, onde foram verificadas também dificuldade em padronização de termos e controle vocabular, pois há uma lista padrão adotada no momento da catalogação e que é ainda pouco estruturado para assunto, apresentando uma árvore de assunto ainda muito incipiente, contudo há um campo complementar de assunto, no qual o catalogador pode inserir os descritores desejados.



Figura 15 - Lista inicial da navegação por assunto

A figura 16 exemplifica um pouco mais a situação cadastral da lista de assunto disponibilizada na navegação durante a busca no repositório, nesse caso específico, muitos nomes próprios entram nessa categoria.



Figura 16 – Continuação de lista assuntos do repositório

Consoante com a submissão do item na catalogação, há uma lista de categoria de assunto, mas que não abrange a representação de todos os documentos das coleções.

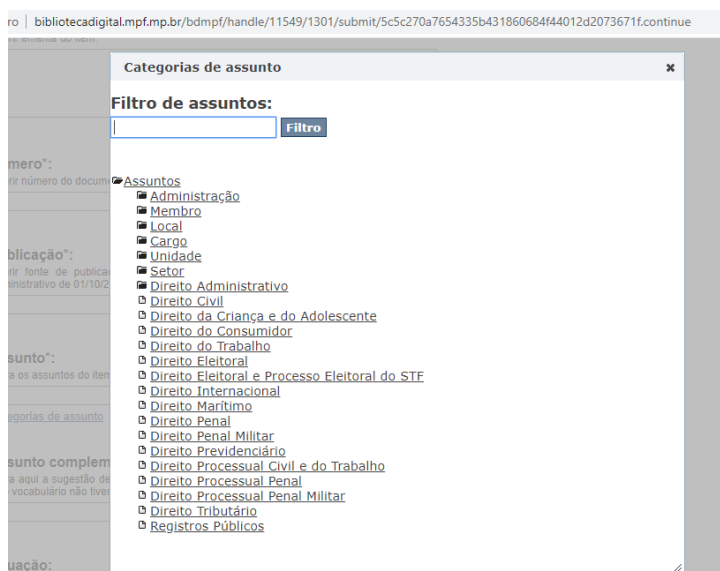


Figura 17 - Lista de categoria de assunto na catalogação

É muito importante ampliar esse controle vocabular para que auxilie na recuperação da informação no sistema, uma vez que ao ser realizada uma comparação entre Google e os DSpace na questão da recuperação do documento pesquisado a eficiência do primeiro se

sobreposição ao do segundo, como pode ser visualizado no teste em que foi utilizado o mesmo termo “Portaria PGR nº 382/2015” em que o DSpace apresentou 13.663 resultados e os 10 primeiros recuperados não correspondem ao documento solicitado, conforme Figura 18.

seguro | bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpt/discover?scope=%2f&query=Portaria+PGR+nº+382%2f2015&submit=lr

Biblioteca Digital Entrar

Página Inicial → Buscar

Buscar

Buscar: Tudo sobre o DSpace

Portaria PGR nº 382/2015

Adicionar filtros

Apresentando 10 de um total de 13663 resultados. (0.014 seconds)

1 2 3 4 ... 1367 Próxima página

PORTARIA PRPB Nº 132, DE 3 DE JUNHO DE 2015
 PRPB - Procuradoria da República no Estado da Paraíba (DMPF-e, Administrativo de 08/06/2015, p. 18, 2015-06-08)
 Designa o Gerente de Registro de Preços e seu substituto, no âmbito da Procuradoria da República na Paraíba, devido às mudanças ocorridas pelas Portarias PGR/MPF nº 357 e 382, de 5 de maio de 2015...

PORTARIA PRPB Nº 126, DE 29 DE MAIO DE 2015
 PRPB - Procuradoria da República no Estado da Paraíba (DOU, nº 102, Seção 2 de 01/06/2015, p. 120, 2015-06-01)
 Apostilar alteração na situação funcional de servidor ocupante de Cargo em Comissão integrante da estrutura administrativa da PR/PB, devido às mudanças

Buscar DSpace

Busca avançada

Navegar

Todo o repositório
 Unidades e Coleções
 Por data do documento
 Autores
 Títulos
 Assuntos

Minha conta

Entrar
 Cadastro

Figura 18 - Resultado de busca no DSpace

Enquanto que ao aplicar o mesmo termo de busca no Google a recuperação foi logo no primeiro item num total de 1.270 resultados apresentados, conforme pode ser visto na figura 19.

google.com/search?xsrf=ALeKk00V810OgI2_c1T6EqvVHAs9MZrRbA%3A1589979511517&ei=dynFXoeAH8yv5OUPpcSH2Ak&q=Portaria+PGR+nº+382%2F2015

Portaria PGR nº 382/2015

Todas Maps Notícias Shopping Imagens Mais Configurações Ferramentas

Aproximadamente 1.270 resultados (0,28 segundos)

bibliotecadigital.mpf.mp.br › bdmpf › handle

Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015
 1 de jun. de 2015 - Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015. PGR - Procuradoria Geral da República. URI: http://hdl.handle.net/11549/26764.

Mostrar registro completo
 dc.contributor.author, PGR - Procuradoria Geral da ...

Portaria SG/MPF nº 382, de 5
 Art. 2 º Para os fins deste Regimento, entende-se por...

Mais resultados de mpf.mp.br »

bibliotecadigital.mpf.mp.br › bdmpf › handle

Portaria PGR/MPF nº 382, de 13 de maio de 2015
 14 de mai. de 2015 - Lota provisoriamente Roberson Henrique Pozzobon, Procurador da República, na Procuradoria da República no Estado do Paraná, para ...

www.mpf.mp.br › o-mpf › sobre-o-mpf › normalizacoes

Normas e Políticas Nacionais — MPF

Portaria PGR/MPF nº 747 - Institui o Calendário de Contratações de bens e ... da Portaria nº 382/2015 que aprova o Regimento Interno Administrativo do MPF.

Figura 19 - Resultado de busca no Google

e) Política de procedimentos do repositório

Os manuais, políticas e treinamentos relacionados à BDMPF estão disponibilizados na WikiMPF para que sejam adotados por todos que são catalogadores e revisores no sistema. Os manuais do DSpace contêm orientações gerais sobre a catalogação, revisão e permissão de acesso, quantos aos demais manuais, o conteúdo é direcionado para a coleção de convênios e instrumentos congêneres e a coleção de atos administrativos, sendo esta dividida em quatro partes: edição, catalogação, revisão e consolidação; Treinamentos com vídeos tutoriais para uso do DSpace.

f) Análise estatística dos dados do DSpace e Google analytics

A Análise é baseada nos valores extraídos no Dspace, porém é necessário descrever que o suporte técnico da Seção de Tecnologia da Informação na PGR, por meio do Serviço Nacional de Pedidos – SNP, pedido nº 924567 informou que era possível recuperar os itens submetidos em 2017, 2018 e 2019, de acordo com o metadado solicitado para pesquisa, mas os demais pedidos correspondentes ao número de acessos à BDMPF, downloads, depósitos, pesquisas nos últimos três anos e quais tipos de falhas reportadas com maior frequência por parte de quem acessa e quem alimenta o sistema, o DSpace não registra e por isso passou-se a usar o google analytics a partir de março de 2020, constatado por meio do acesso datado em 16 maio de 2020. O Google analytics reúne maior quantitativo de informações, mas não se tem dados do analytics de anos anteriores. Com relação aos itens submetidos, é necessário a especificação do filtro por metadado desejado, a exemplo, tem-se dc.date.created preenchido, mas com o dc.date.issued não preenchido, outros sem esses dois metadados, mas com outros metadados de data preenchidos. O que influenciou na escolha pelo metadado dc.title, pois é constante e preenchido em todos os itens obtendo-se um total nos últimos três anos de 42.947 itens, distribuídos na seguinte forma: 2017:14.236; 2018: 14.036; 2019: 14.675. Todavia, os dados de quantitativos que estão disponíveis para visualização por coleção mostra um valor total de 108.326 itens, distribuídos por coleção, em que há um destaque substancial da coleção atos administrativos, seguido por diários e boletins, conforme disposto na figura abaixo:

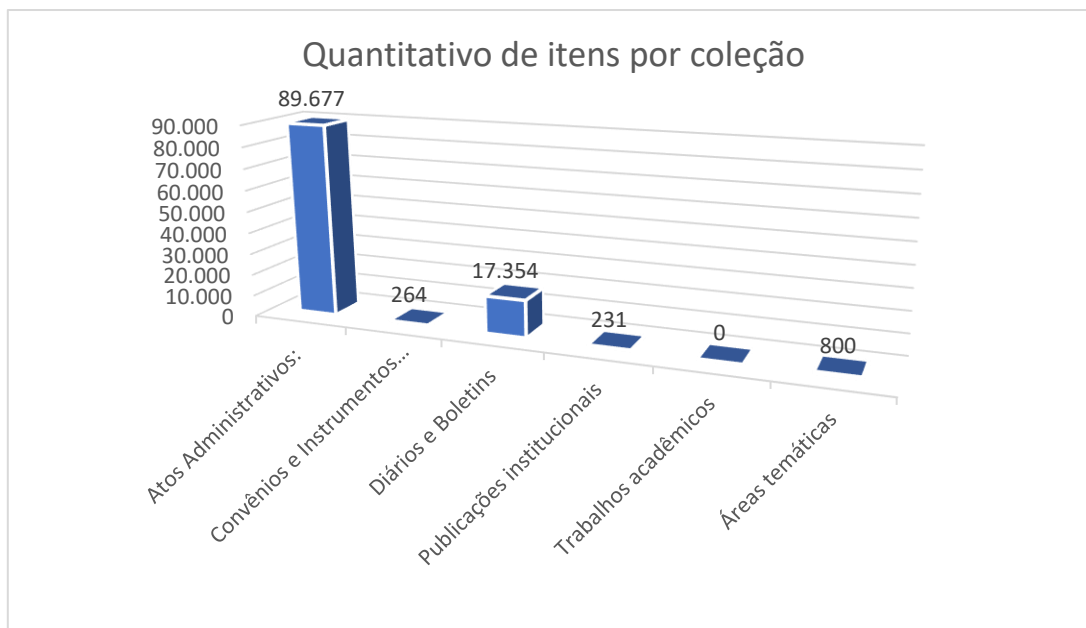


Figura 20 - Gráfico de quantitativo de itens por coleção

Consoante às estatísticas extraídas conforme mencionado anteriormente, tem-se os seguintes dados extraídos do DSpace no período de novembro de 2019 a início de maio de 2020. Foi utilizado o gráfico de linha por ser a melhor opção para mostrar a tendência de visualizações das coleções ao longo do tempo, utilizando vários pontos de dados, como ano, meses ou dias. Conforme o apresentado no gráfico 21, há uma distribuição das variáveis de tempo em que se observa uma tendência similar moderada de $(r)=0,7283$ de visualização entre as coleções diários/boletins e atos administrativos. Já para coleção Publicações institucionais e coleção áreas temáticas há uma correlação alta de $(r)=0,9614$ referente às visualizações.

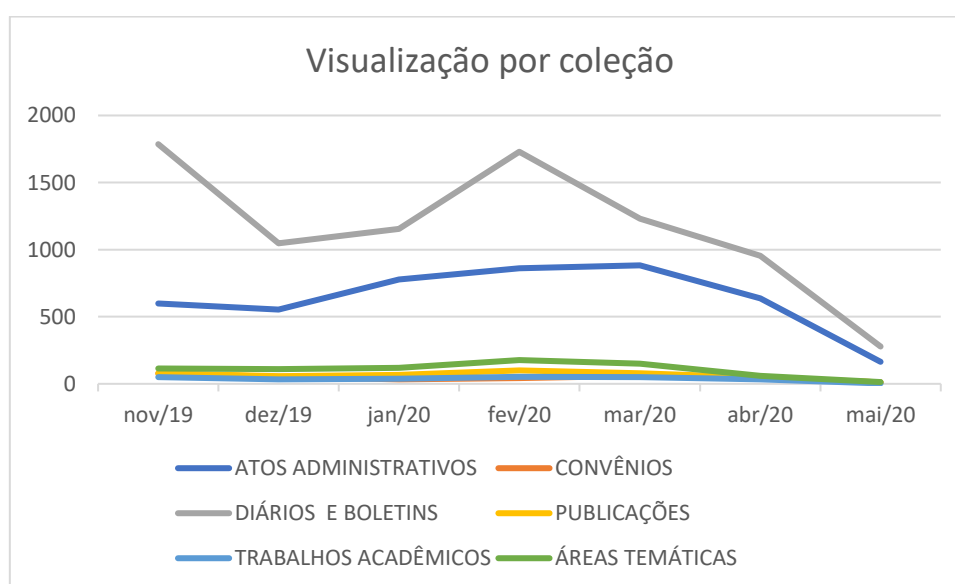


Figura 21 - Gráfico de tendência de visualização por coleção

O subgráfico constante na figura 22 foi extraído para ampliar a tendência da visualização das demais coleções proporcionando uma visão mais nítida dessas correlações.

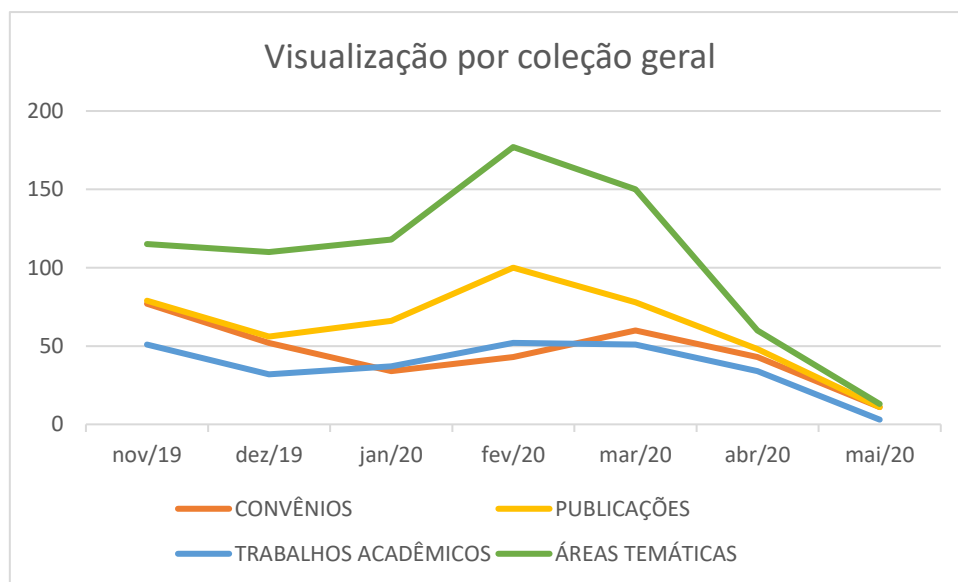


Figura 22 – Subgráfico de tendência de visualização por coleção

Outra categoria levantada corresponde à comparação entre os dados quantitativos de número de visualização, busca e fluxo de submissão global numa mesma coleção, sem comparação entre elas. Para essa análise, a melhor opção foi o uso do gráfico de barras empilhadas, pois compara partes de um todo sem relacioná-las entre si, de acordo com o apresentado na figura 23, é possível observar que a busca/pesquisa global se destaca em praticamente todas as coleções, excetuando-se trabalhos acadêmicos e atos administrativos, em que no primeiro caso há uma expressiva visualização e no segundo um destaque ao fluxo de submissão.

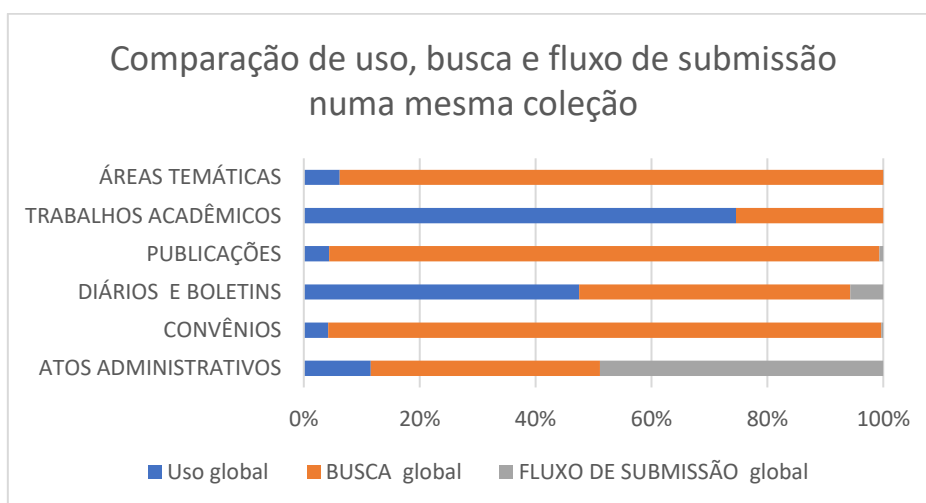


Figura 23 - Gráfico comparativo do percentual de uso, busca e fluxo de submissão na mesma coleção

Em adição a esse entendimento, o gráfico 24 expõe uma comparação entre as coleções por meio do percentual de atividades descritas globalmente considerando os dados quantitativos de visualização, pesquisa e fluxo de submissão, em que se evidencia um destaque na busca para as coleções convênios, publicações institucionais e áreas temáticas, em contrapartida, há uma pequena oscilação na coleção atos administrativos em que o fluxo de submissão se sobrepõe à busca. Quanto à coleção diários e boletins há um equilíbrio entre busca e visualizações.

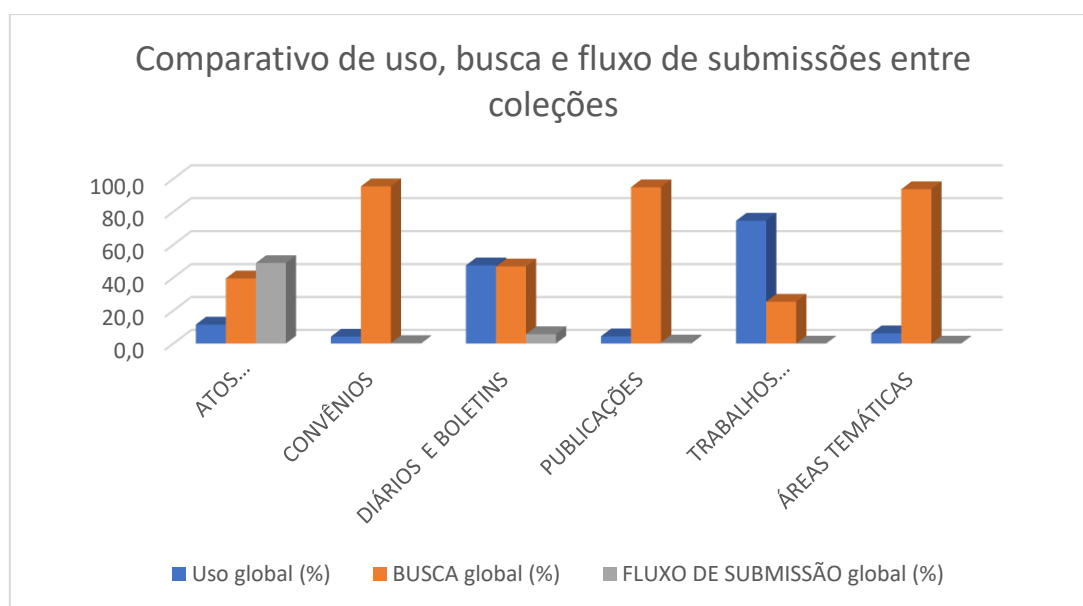


Figura 24 - Gráfico comparativo de uso, busca e fluxo de submissões entre coleções

A figura do gráfico 25 mostra o percentual geral tomando por base a busca e o fluxo de submissão com variáveis de tempo: global, ano anterior, 6 meses anteriores e mês anterior. Em que é percebido um percentual global de busca maior que do fluxo de submissão e nos demais períodos uma relação inversa apresentada.

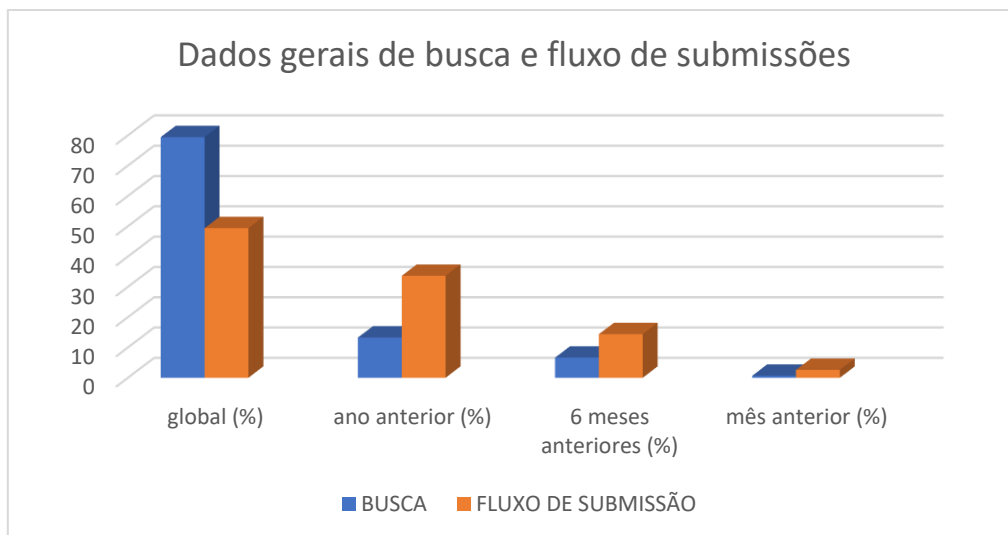


Figura 25 - Gráfico de dados gerais de busca e fluxo de submissões por período determinado

Os gráficos seguintes são apresentados com o foco nos dados da coleção Atos administrativos e dentro desta, destacam-se as subcomunidades, nas quais podem ser extraída uma tendência de correlação entre as coleções, apresentadas da seguinte forma e com base nas visualizações no período de nov. 2019 a início de maio 2020: Conselho Nacional e Conselho Superior tem uma alta correlação de (r) 0,9290; PGR e PREs apresentam uma correlação moderada de (r) 0,7994; PGR e PRRs apresentam uma correlação moderada de (r) 0,6296 ; Entre as PRRs e PREs foi verificada que não possuem correlação (r) 0,3921.

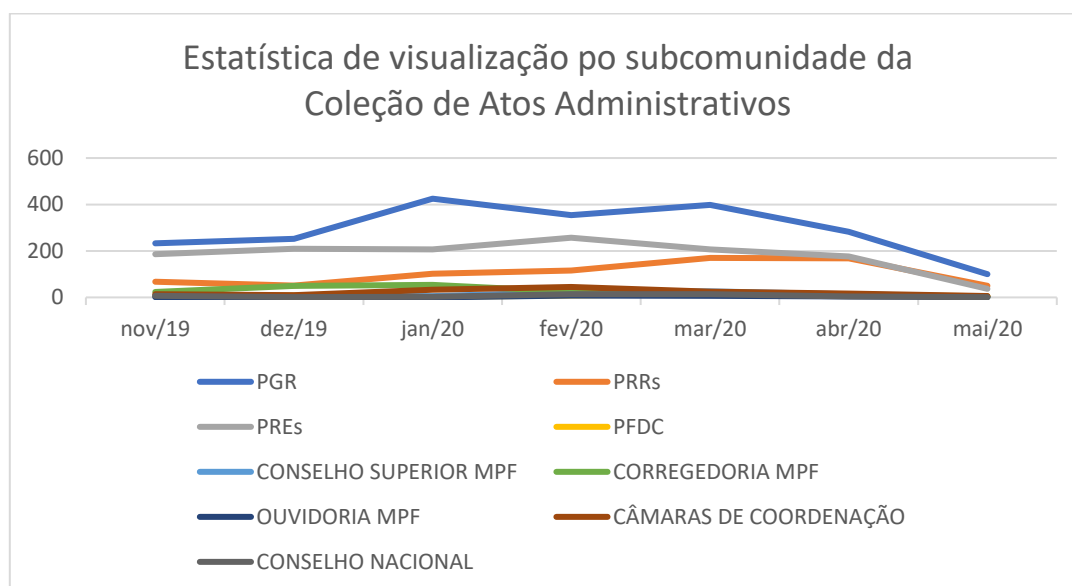


Figura 26 - Gráfico de correlação da visualização das subcomunidades na coleção atos administrativos

A figura 27 apresenta o percentual global de visualização, busca e fluxo da Coleção de Atos Administrativos por subcomunidade em que se observa que somente nas coleções da PGR, PRRS e PREs há uma sobreposição do fluxo de submissão em relação às visualizações e busca, em todas as demais há uma relação inversa.

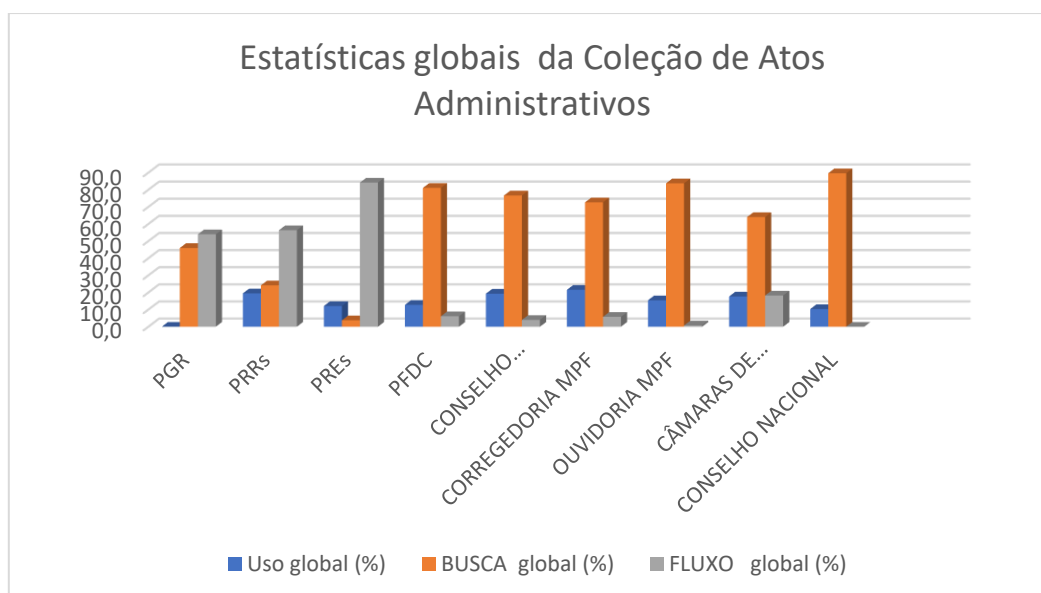


Figura 27- Gráfico de percentual global de visualização, busca e fluxo da Coleção de Atos Administrativos por subcomunidade

A aplicação do Google Analytics para obtenção de dados estatísticos passou a vigorar em meados de fevereiro de 2020, é uma evolução positiva, pois fornece vários relatórios contendo gráficos e percentuais com métricas variadas. Como exemplo, foram extraídas as telas diretamente do site, contendo o quantitativo de usuário num período de 3 meses, conforme figura 28, o que demonstra o pico de usuários na plataforma no mês de março de 2020, totalizando 57.911.

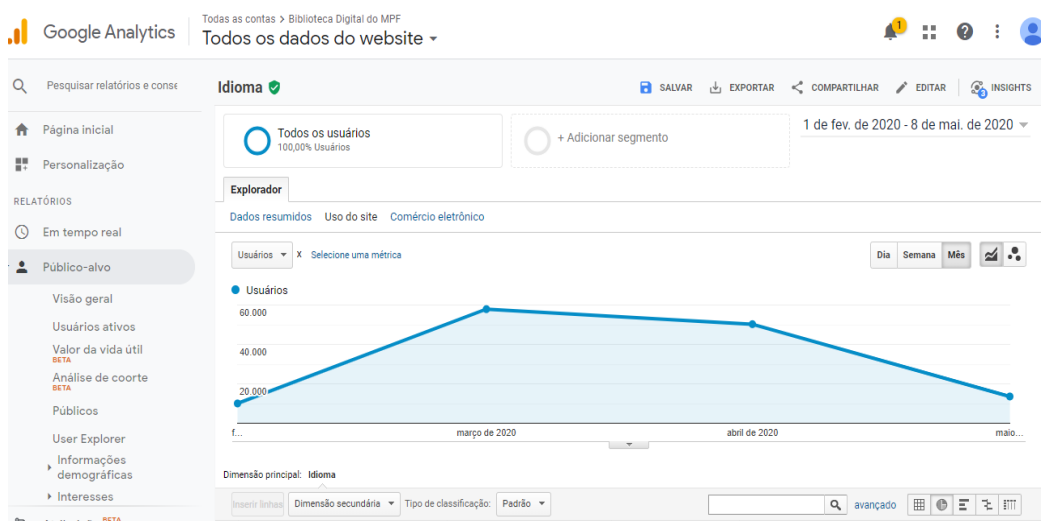


Figura 28 - Gráfico de quantitativo de usuários por período

A figura 29 traz um acumulado de 129.088 usuários no total geral dos períodos, inclusive em qual idioma foi acessado.

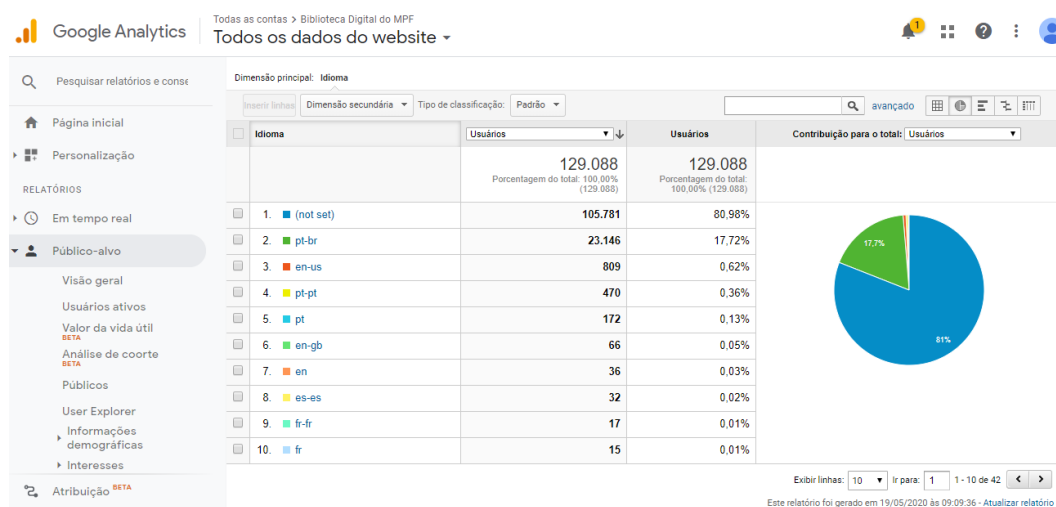


Figura 29 - Gráfico de total de usuários

4.3.1 Avaliação do progresso e dificuldades enfrentadas pela BDMPF

Com base nas informações coletadas no sistema, entrevista realizada e em observações durante a pesquisa, alguns pontos foram evidenciados. Do início do projeto, em 2014, até hoje algumas melhorias foram implantadas, das quais destaca-se como principal conquista a vinculação do projeto ao plano institucional de modernização, tendo por consequência a implementação do suporte e manutenção do sistema com equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC do MPF, o que proporcionou algumas correções necessárias e que fez a BDMPF apresentar algum avanço.

Aspectos relacionados à gestão e responsabilidades dos administradores da BDMPF, quanto as competências já elencadas no já citado Art. 266, da Portaria nº 382/2015, a coordenadora da DBD complementou que “tem como funções, além de gerir a equipe da Divisão de Biblioteca Digital, a de prover o suporte às bibliotecas do MPF no que concerne ao uso do sistema no qual está instalada a Biblioteca Digital, estabelecendo padrões de uso e catalogação, além de acompanhar indicadores de desempenho, de acordo com o planejamento estratégico da instituição.” O que fornece uma visão ampliada da estrutura da BDMPF, pensada em nível nacional, numa rede integrada com várias bibliotecas e que precisa de um norteamto para que haja sincronia nas atividades.

Ao ser perguntada sobre o contexto do surgimento da BDMPF e documentação normativa foi dito que “A biblioteca da PGR sempre manteve recursos para acompanhar

as publicações e fornecer seu serviço de pesquisa de legislação. Diante da necessidade de que os documentos estivessem em ambiente que pudesse ser de amplo acesso e que as informações pudessem ser recuperadas e preservadas a longo prazo, passou-se a planejar a Biblioteca Digital, que foi lançada em 2014. O objetivo era abrigar não só a legislação interna, que era a carência inicial, mas todos documentos produzidos pelo MPF, como as publicações institucionais e os demais documentos criados pelas áreas temáticas, assim como teses e dissertações de membros e servidores do MPF.” Nessa perspectiva, é possível verificar a contribuição da biblioteca para a instituição ao compilar, organizar os atos e outros documentos produzidos no âmbito ministerial e disponibilizar a todos interessados. Entretanto, foi levantada a questão da possibilidade de se estar duplicando esforços tendo sido informado sendo repassada pela gestora da BDMPF que “a principal finalidade é que a Biblioteca Digital funcione como o Repositório Institucional do MPF ao garantir a recuperação e preservação de informações bibliográficas, da legislação do Ministério Público Federal, bem como das demais publicações de cunho institucional em meio digital. Informou ainda que atualmente há o sistema Único que é responsável pelos serviços eletrônicos, com várias funcionalidades: registro, autuação, instrução de documentos e processos. Nesse ponto, as portarias que são catalogadas na BDMPF também são encontradas nesse sistema, todavia, “o diferencial da BDMPF é a consolidação dos atos normativos, que se dá quando um ato sofre a modificação após sua publicação original, sendo atualizado diariamente, preservando todo o histórico de modificações de um ato normativo. Inicialmente a demanda era para os profissionais que precisavam dessas informações em seu trabalho de pesquisa jurídica, porém atualmente a Biblioteca Digital se tornou fonte para todo público interno e externo que procuram atos atualizados e consolidados.”

Sobre políticas e manuais da BDMPF foi informado que se tem “uma política de indexação, de seleção de Atos Administrativos e Publicações Oficiais e a Política de Seleção de Convênios e Instrumentos Congêneres, além de Manuais de edição, catalogação, revisão e consolidação dos Atos Administrativos. Esses manuais foram elaborados, em conjunto, com a equipe da Divisão de Biblioteca Digital (técnicos administrativos e bibliotecários).”

Sobre adoção pela indexação automática e auto-depósito dos documentos foi dito que há “algumas limitações do Sistema DSpace e de pessoas que o desenvolvam e a indexação automática é uma delas.” Já no tocante o direito autoral foi esclarecido que “a maior parte dos documentos incluídos estão disponíveis nos Diários Oficiais, o que já cumpre o princípio da publicidade, portanto não há necessidade de restringi-los. Os documentos depositados na coleção de Trabalhos acadêmicos de Membros e Servidores na BDMPF, requerem termo de autorização, que é anexado ao processo, quando o trabalho é fruto de

bolsa ou licença para capacitação. Ressalta-se que mesmo com o referido termo a coleção é restrita aos membros e servidores do MPF.”

Sobre o vocabulário controlado foi informado que “atualmente não temos um vocabulário controlado, estamos pensando em uma forma de padronizar as submissões por meio de listas com termos previamente escolhidos. O DSpace permite o uso destas listas, porém para que haja relacionamento entre os termos como em um vocabulário controlado padrão, é necessário que seja desenvolvida uma ferramenta compatível com o DSpace.”

Quanto à possibilidade de ampliação da BDMPF para outros ramos do MPU foi explicado que “ainda não há previsão de ampliar a BDMPF para outros ramos do MPU. Existe a ideia de avaliar a viabilidade de compartilhar recursos, porém é necessário estudo do que seria possível e de interesse dos outros ramos para submeter a demanda à Secretaria Geral.”

Consoante a tudo que foi exposto acima, foi possível verificar dois aspectos relevantes que podem ser obstáculos para evolução do projeto BDMPF e impossibilitar sua ampliação, correspondem ao treinamento da equipe responsável por alimentar e utilizar o sistema, pois mesmo com a disponibilização de vídeos tutoriais e manuais com base nas orientações técnicas e políticas que foram desenvolvidas para algumas coleções, não há uma boa receptividade pelos profissionais que alimentam o sistema devido à falta de habilidade com meios tecnológicos. Outro ponto relevante corresponde ao controle vocabular, pois é recorrente o aspecto negativo da base em não dispor ainda de organização de termos representativos e ou de conceitos adotados pela instituição.

4.3.2 Análise da adequabilidade do DSpace, viabilidade de expansão e relatório de auditoria da BDMPF

Nesta subseção o foco do estudo é direcionado para os seguintes objetivos específicos relacionados no início desta pesquisa e de acordo com o disposto a seguir:

a) Avaliação da adequabilidade do software DSPACE utilizado pela BDMPF

A adequabilidade do software DSpace para biblioteca digital foi avaliada tomando por base o estudo técnico preliminar desenvolvido pelos gestores da BDMPF, onde foram realizados levantamentos de pontos importantes para contratação de suporte de desenvolvimento do sistema. Foram efetivadas, também, análises nos sites de outros órgãos públicos em nível nacional, onde se constatou o uso quase unânime desse sistema

nessas instituições. Além do uso da literatura para conhecer outros sistemas e assim concluir que o DSpace é o mais adequado para o que a BDMPF se propõe a fazer. Logicamente, não podemos afirmar que é o mais completo, mas é o mais adequado à realidade existente hoje na biblioteca.

b) Fatores que interferem no desenvolvimento da BDMPF envolvendo o DSpace e recomendações

As observações e análises realizadas durante a pesquisa indicaram que alguns pontos merecem um pouco mais de atenção para o desenvolvimento exitoso da BDMPF e que envolve o DSpace. Portanto, diante dos elementos colhidos, listou-se os pontos críticos de atenção e algumas sugestões de melhorias apresentadas a seguir:

Estatística:

A estatística é um ponto ainda que merece atenção, apesar de se ter uma coleta importante desde fevereiro de 2020 pelo Google Analytics, é válido que esses dados sejam analisados e para isso é necessário que sejam determinados os critérios de avaliação para monitoramento do funcionamento da biblioteca, para tanto podem ser aplicados os indicadores listados na ISO 11620:2014 que tratam dos indicadores de desempenho de qualquer tipo de biblioteca, nesse caso, em específico, as que possuem coleções eletrônicas;

Coleções da BDMPF:

Outra observação oportuna a ser pontuada corresponde aos documentos da BDMPF, onde se tem uma atenção redobrada para coleção atos administrativos, mas em contrapartida há uma busca significativa em outras coleções, tais como: publicações institucionais, áreas temáticas e convênios e às quais carecem de um fluxo maior de submissão para atender de forma mais abrangente a todos que buscam nesse repositório informações diversificadas e não somente às disponíveis nas normativas legais.

Vocabulário Controlado:

Como foi detectada uma grande dificuldade na recuperação da informação atribuída à ausência de um controle vocabular, algumas observações são pontuadas como forma de sugestões para tentativa de solução do problema e baseadas nas indicações do próprio DSpace que permite o controle dos campos dos metadados extraídos de conjuntos controlados os que incluem nomes exclusivos, palavras-chave de assunto, tipos de documentos, nesse sentido há um aumento na qualidade dos metadados quando

valores com mesmo significado sejam padronizados no mesmo item e com isso possibilita a criação de “listas curtas e simples de opções inseridos diretamente em input-forms.xml ou estruturar e gerenciar vocabulários hierárquicos mais complexos e controlados em arquivos XML separados no [DSpace]/config/controlled-vocabularies/ diretório” (DSpace).

```
<node id="acmccs98" label="ACMCCS98"><font></font>
  <isComposedBy><font></font>
    <node id="A." label="General Literature"><font></font>
      <isComposedBy><font></font>
        <node id="A.0" label="GENERAL"/><font></font>
        <node id="A.1" label="INTRODUCTORY AND SURVEY"/><font></font>
        ...<font></font>
      </isComposedBy><font></font>
    </node><font></font>
    ...<font></font>
  </isComposedBy><font></font>
</node>
```

Figura 30 - Estrutura de descrição da taxonomia em XML no DSpace

Nessa estrutura proposta pelo sistema cada elemento do nó possui um atributo id e label que pode conter o elemento isComposedBy, que por sua vez, consiste em uma lista de outros nós. O sistema aceita qualquer aplicativo para criação de um vocabulário controlado, sendo desde um editor de texto à ferramentas mais complexas, em que se pode usar sistemas como o “Protegé para criar taxonomias, salvá-las como OWL e transformar no formato apropriado por meio do uso de uma XML Stylesheet (XSLT)” (DSpace). Essas informações são úteis para indicar à equipe da área de informática responsável pelo desenvolvimento da BDMPF o que os sistema oferece, nesse sentido é possível também atribuir um vocabulário controlado a partir de input-forms.xml, onde devem estar associado ao metadado correspondente e “editar o arquivo [DSpace]/config/input-forms.xml e coloque uma "vocabulary" tag sob o "field" elemento que você deseja controlar. Defina o valor do "vocabulary" elemento como o nome do arquivo que contém o vocabulário, deixando de fora a extensão (o complemento carregará apenas arquivos com a extensão "* .xml")” (Wiki DSpace), conforme indicado na figura abaixo:

```

<field><font></font>
  <dc-schema>dc</dc-schema><font></font>
  <dc-element>subject</dc-element><font></font>
  <dc-qualifier></dc-qualifier><font></font>
  <repeatable>>true</repeatable><font></font>
  <label>Subject Keywords</label><font></font>
  <input-type>onebox</input-type><font></font>
  <hint>Enter appropriate subject keywords or phrases below.</hint><font></font>
  <required></required><font></font>
  <vocabulary>srsc</vocabulary><font></font>
</field>

```

Figura 31 - Vocabulário controlado a partir de input-forms.xml

Controle de autoridade:

Outra funcionalidade disponibilizada no sistema é a que corresponde ao controle de autoridade com o aprimoramento dos campos de metadados do DSpace com chaves de autoridade de acordo com seguinte terminologia:

Autoridade - uma autoridade é uma fonte externa de valores fixos para um determinado domínio, cada valor exclusivo identificado por uma chave. Por exemplo, o serviço de autoridade de nomes LC da OCLC, ORCID ou VIAF.

Registro de autoridade - as informações associadas a um dos valores em uma autoridade; pode incluir grafias alternativas e formas equivalentes do valor, etc.

Chave da autoridade - um identificador correspondente a exatamente um registro na autoridade (Wiki DSpace).

Essa opção trabalha com controle de autoridades²⁶ externas ao sistema e ocorre em todos os lugares em que os valores de metadados são alterados, incluindo “envio autônomo/em lote, envio de pacote SWORD e a interface administrativa” (Wiki DSpace).

The screenshot shows a metadata management interface. At the top, it says 'Metadata'. Below that is a table with columns 'Remove', 'Name', and 'Value'. The 'Name' column contains 'dc.contributor.author'. The 'Value' column contains 'Smith, Dona'. To the left of the 'Name' cell is a checkbox. Below the 'Value' cell, there is a small green icon, a text input field containing 'no 97030482', a yellow lock icon, and a blue 'Lookup' button.

Figura 32 - Exemplo de nome de autor vinculado a uma chave de autoridade

Na figura acima, é possível visualizar o valor de “aceito” por meio da imagem do polegar verde o que valida o uso em conformidade com uma política autorizada ou por usuário interativo. Essa parametrização do sistema atrelado à uma lista de autoridade adotada poderia resolver o problema das entradas dispostas em qualquer forma e duplicadas.

Recomendações:

A partir dessas orientações é possível se estabelecer algumas alternativas na tentativa de resolução dos problemas encontrados durante a realização desta pesquisa, em que pese:

Vocabulário controlado

A ausência de um controle vocabular e nesse sentido tomar decisões sobre o que adotar para sanar essa lacuna. As possibilidades apresentadas são opção entre taxonomia existente ou criação de uma ontologia no domínio do conhecimento desejado. Como mencionado anteriormente, é possível vincular ao sistema qualquer uma dessas opções, restando verificar a que mais se adequa à necessidade institucional. Como solução para criação de ontologia, tem-se as sugestões dos sistemas TemaTrês e WebProtegé.

O sistema TemaTrês “é um servidor de vocabulário de código aberto, aplicativo da web para gerenciar e explorar vocabulários, tesouros, taxonomias e representações formais de conhecimento. Requer servidor PHP, MySql e HTTP” (TemaTres, 2020). Já o sistema WebProtegé “é um software livre e de código aberto para criação colaborativa de ontologias via Web” (IBICT). São dois sistemas que são apresentados dentre outros para que possa servir de instrumentos facilitadores para representação do conhecimento.

Também foram pesquisadas possibilidade de reutilização de ontologia no domínio jurídico, foram realizadas buscas no Linked Open Vocabularies-LOV²⁷ (vocabulários abertos vinculados), mas quando se restringiu os termos em língua portuguesa não foi possível localizar nenhum domínio correspondente ao termo pesquisado capaz de atender as necessidades atuais do repositório em questão. Ao retirar o filtro da língua, a ontologia que mais se aproximou ao domínio pesquisado foi a Câmara de Deputados do parlamento italiano que foi criada para descrever todos os candidatos (candidatos, eventos, documentos), todos os tipos de Câmara e todas as suas atividades. URI: <http://dati.camera.it/ocd/>. Sua total reutilização não seria adequada, mas poderia ser norteadora numa possível elaboração de uma ontologia própria para este repositório em estudo. Apesar de tentativas de encontrar alguma com possibilidade de encaixe na que se necessita, não foi exitosa a procura. Contudo, foi localizado um estudo sobre organização da informação jurídica que versava sobre o desenvolvimento de uma

²⁷ Fonte: <https://lov.linkeddata.es/dataset/lov/vocabs?&lang=Portuguese>

ontologia no domínio jurídico, mas que ao ser enviado questionamento ao autor sobre a possibilidade de reutilização e em qual biblioteca estaria disponível, a resposta obtida foi que essa ontologia havia sido desenvolvida para uma aplicação em um ambiente privado, não podendo ser reutilizada.

Além da criação de uma ontologia, há também a possibilidade de adoção da taxionomia do CNMP área meio e área fim que já existe, sendo adequada sua adoção no Ministério Público, uma vez que os itens depositados na BDMPF tratam de assuntos variados, mesmo tendo uma concentração grande de fluxo de submissão na coleção atos administrativos é necessária uma ampliação da diversificação para temas variados. Apesar de ter sido visto na base uma semelhança com os termos que já são adotados com essa taxonomia, obteve-se na entrevista a informação que ela não é utilizada.

Outra possibilidade é uma proposta de inclusão de vocabulários controlado a partir do que se tem atualmente que corresponde ao Vocabulário Controlado Brasileiro -VCB²⁸ do Senado Federal e que já é adotado pela Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal – RBMPF para catalogação do material bibliográfico físico. Seria interessante um teste no sistema para análise da incorporação desse vocabulário.

Diante do exposto, a resolução do problema principal da BDMPF perpassa pela decisão de criar um controle de vocabulário e de autoridade, ou utilizar o que já existente adaptando à base ou adotar mecanismos de indexação automática disponibilizado pelo próprio sistema. Em suma, são decisões necessárias que irão impactar significativamente na recuperação da informação que é o cerne da questão.

Coleções da BDMPF

Esse ponto é relevante para o despertar da necessidade de desenvolvimento de outras coleções, para tanto é oportuno que se faça o mapeamento dos setores que possuem conteúdo digital e precisa ser preservado e disponibilizado para todos que compõem a instituição e demais interessados. Seguindo esse entendimento, é possível ser observado durante a prática profissional que setores como Assessoria de Comunicação possuem um vasto material e que atualmente é disponibilizado em rede social Flickr, sendo um material muito interessante e que poderia compor também o acervo da BDMPF ampliando e diversificando cada vez mais seu alcance.

Interface do sistema

²⁸Fonte:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/532112/001106656_VCB_2017_08_20.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Desenvolver uma interface mais interativa e mais amigável para o usuário não ter dificuldade de localização do que deseja, assim como já é feito em outros órgãos públicos.

Registro do repositório na comunidade Duraspace

Algo importante para questão de divulgação, além de uma ampliação no suporte sobre o desenvolvimento do sistema que é dado pela comunidade.

c) *Avaliar a viabilidade de expansão do projeto da Biblioteca Digital para outros ramos do Ministério Público da União*

Levantou-se a necessidade um estudo de viabilidade de ampliação da abrangência da BDMPF para outros ramos do MPU, porém diante da complexidade de uma ampliação desta magnitude e devido aos ajustes que ainda precisam ser realizados na biblioteca digital, não se poderia afirmar de imediato que tal integração seria viável nesse momento. Primeiramente, é oportuno realizar uma sondagem nos ramos do MPU sobre eventual interesse na criação de um consórcio de bibliotecas digitais do MPU para posteriormente se efetivar esse estudo de ampliação. Uma vez que em decorrência da análise nos sites desses outros ramos, verificou-se uma ausência de biblioteca digital, foram identificados apenas alguns dados sobre a atuação das bibliotecas e em outros casos, só foram identificados catálogo online no sistema Pergamum. Outro elemento norteador foi o explicitado na subsecção 4.3.1 no trecho da entrevista das coordenadoras da BDMPF que afirmaram ainda não ter previsão de estudo sobre essa expansão. Contudo, acredita-se ser positiva a criação desse consórcio inicialmente entre os ramos do MPU e posteriormente, quiçá para o Ministério Público Estadual e toda sua rede. Algo bem auspicioso que também é exequível.

d) *Relatório de auditoria à BDMPF com recomendações para a evolução da plataforma*

Em decorrência do estudo realizado foi elaborado um breve relatório, onde é feito um apanhado geral e esquematizado seguindo as orientações da norma ABNT/ISO 19011:2018 ISO 11620:2014 com análise dos dados obtidos e estruturado a seguir:

Relatório de auditoria da BDMPF

Identificação da organização auditada

Designação legal da organização: Ministério Público Federal.

Denominação Abreviada: MPF.

Natureza Jurídica: Órgão Público Autônomo Federal (116-3 CONCLA)²⁹.

CNPJ: 26.989.715.715/0052-52.

Morada da sede: SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, em Brasília/DF – Brasil. CEP 70050-900.

Representante da organização: Procurador Geral da República.

Principal Atividade: função essencial à justiça.

Setor auditado: Biblioteca Digital do Ministério Público Federal.

Período auditado: 2019 a 2020.

Período da coleta dos dados: nov. de 2019 a início de maio de 2020.

Atividade auditada: catalogação, fluxo de submissão e administração no sistema DSpace.

Responsável pela auditoria: Valéria Regina da Silva, Analista do MPU/Biblioteconomia.

Normas utilizadas para auditoria: ABNT/ISO 19011:2018 ISO 11620:2014

Método de auditoria aplicado: Remoto, com interação humana por meio de entrevista, com a análise documental de regulamentos, relatórios, registros e dados estatísticos do Dspace.

Princípios da auditoria observados, de acordo com a norma ABNT/ISO 19011:2018: integridade; apresentação justa com compromisso de reportar com veracidade e exatidão e o devido cuidado profissional para a aplicação de diligência e julgamento em auditoria.

Missão

Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito.

Visão

Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

²⁹ <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018/23162-116-3-orgao-publico-autonomo-federal>

Fontes de informação

As fontes de informações selecionadas são fidedignas, confiáveis e documentais. Assim, com intuito de subsidiar esta auditoria, foram analisadas as políticas, objetivos, planos, procedimentos, normas, relatórios, análises e indicadores de desempenho, relatórios, base de dados e sites, conforme os descritos no apêndice 2.

Recolha de dados

Os dados estatísticos foram coletados diretamente no sistema DSpace em conformidade com a estatística disponibilizada para os administradores cadastrados com esse perfil no sistema. O período da coleta foi no mês de maio de 2020 e compreendeu o intervalo de tempo de nov. de 2019 a início de maio de 2020, devido limitação do próprio sistema. Foram coletados dados quantitativos geral da coleção, de uso, busca e fluxo de submissão. Foi realizada também entrevista para coleta de informações importantes.

Análise dos dados

Sobre o uso da coleção –

Foi utilizado o indicador B.2.1.3.4.2 Coleção eletrônica – Baseado na Norma ISO 11620:2014, este indicador avalia a taxa geral de uso, com base nos dados de uso fornecidos pelo próprio sistema, conta-se o número de documentos que foram registrados como visualizados ou baixados durante um período especificado com o número de títulos distintos. Usou-se para o cálculo abaixo o método da porcentagem de estoque não usado:

$$\left(\frac{B-A}{B}\right) * 100$$

$$A= 82.794$$

$$B=108.326$$

$$\left(\frac{108.326 - 82.794}{108.326}\right) * 100 = 23,56$$

A norma orienta arredondar para o número inteiro mais próximo= 24

Onde: **A** é o número de documentos que foram visualizados ou baixados e **B** é o número total de itens na coleção eletrônica.

O valor total da taxa de não uso obtido é de 24, é uma taxa baixa, sendo considerada positiva para o desempenho de uma biblioteca com coleção eletrônica, pois esse indicador corresponde a um número inteiro que varia de 0 a 100 e estima a probabilidade de que um documento selecionado aleatoriamente pertencente à biblioteca não ter sido usado durante o período especificado, no qual uma pontuação alta significa uma baixa taxa de uso. Alguns fatores podem afetar o indicador, tais como: missão da biblioteca, se

tem missão de arquivamento ou não; as atividades promocionais da biblioteca; as políticas e práticas de aquisição e descarte.

Com essa taxa é possível inferir que a coleção eletrônica tem uma utilização significativa de 76% de uso e está cumprindo com sua finalidade, o que é algo positivo e deve direcionar os esforços para ampliar o acervo com outros documentos também importantes e que, por enquanto, não estão cadastrados na base.

Sobre busca e fluxo de submissão

O percentual geral de busca e fluxo de submissão com variáveis de tempo: global, ano anterior, 6 meses anteriores e mês anterior, sugere um percentual global de busca de 79% maior que do fluxo de submissão de 49% e nos demais períodos há uma relação inversa apresentada. Esse percentual pode apontar que os esforços direcionados para alimentar o sistema pode ser justificado por uma busca expressiva existente. Já, quando o comparativo é entre as coleções com essas mesmas variáveis, acrescidas do uso, a única coleção que apresenta um equilíbrio é a correspondente aos diários e boletins, nas demais, a busca corresponde a 95% com fluxo muito baixo de submissão. A única que apresenta um fluxo maior que a busca é a coleção atos administrativos. Esses dados apontam para onde precisam ser direcionados esforços, pois percebe-se que há um trabalho vultoso de inserção de documentos para atender determinada demanda de documentos administrativos e em contrapartida há uma demanda reprimida por outras coleções, conforme os percentuais apresentados.

Entrevista -

Entrevistada: Luciana Araújo Gomes de Souza

Cargo: Coordenadora de Biblioteca e Pesquisa do Ministério Público Federal Brasileiro–PGR/COBIP;

Entrevistada: Larissa dos Santos Mendes Girardi

Cargo: Chefe da Divisão da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro–DBD/COBIP/PGR –

O roteiro da entrevista (ver Apêndice 1) foi elaborado para obter a percepção da direção sobre o projeto BDMPF e coletar informações relevantes sobre a atual situação da biblioteca. Em suma, é um projeto que iniciou em 2014, já passou por algumas reformulações, às quais são provenientes do suporte técnico da área de TI da própria instituição que fez os ajustes importantes no sistema.

Tem por objetivo a compilação da legislação interna, que era a carência inicial da instituição e todos documentos produzidos pelo MPF garantindo a recuperação e preservação. A biblioteca hoje atende de forma satisfatória a instituição, com seu público

interno e externo, principalmente com os atos normativos que passam por consolidação diárias e nesse aspecto, é o grande diferencial dos demais sistemas que poderiam concorrer com essas atividades. Para alimentar o sistema com dados confiáveis, há toda uma política normativa de indexação, seleção, manuais de edição, catalogação, revisão e consolidação dos Atos Administrativos. O Direito autoral é respeitado à medida que os depósitos dos documentos são por meio de termo de autorização para as coleções de trabalhos acadêmicos, contudo seu acesso é restrito às pessoas com vínculo à instituição, quanto às demais coleções, por serem documentos de caráter público e disponíveis nos Diários Oficiais, não tem restrição de acesso e não precisam de termo de uso. Atualmente não há um vocabulário controlado e a indexação automática não é algo pensando em se aplicar, pois carece de treinamento de pessoal e o sistema tem algumas limitações. Por fim, não há previsão de ampliar a BDMPF para outros ramos do MPU, mas existe a ideia de avaliar a viabilidade de compartilhar recursos.

Avaliação dos dados e recomendações

- a) *Dados estatísticos atualizados e baseados em indicadores de desempenho.*
Recomendação: sejam determinados os critérios de avaliação para monitoramento do funcionamento da biblioteca com uso dos indicadores listados na ISO 11620:2014 para coleções eletrônicas;
- b) *Ausência de documentos na Coleção trabalhos acadêmicos na BDMPF.*
Recomendação: atribuir documentos para atender a demanda de pesquisa nessa coleção.
- c) *Ausência de doutrina com base nos ebooks comprados de editoras jurídicas.*
Recomendação: fazer integração dessa massa documental com o sistema DSpace, em conformidade com contrato de aquisição celebrado entre MPF e cada distribuidora.
- d) *Fluxo de submissão pequeno das coleções publicações institucionais, áreas temáticas e convênios*
Recomendação: aumentar número de depósitos de documentos nessas coleções para atender de forma mais abrangente a todos que buscam nesse repositório informações diversa à disponível nas normativas legais.
- e) *Coleções na BDMPF*
Recomendação: desenvolver outras coleções para atender setores que produzem quantitativo expressivo de documentos de acesso público, como exemplo: Secretaria de Comunicação possui um vasto material.
- f) *Ausência de orientações técnicas para todas as coleções.*

- Recomendação:* ampliação de normativas que possam abranger todos os documentos disponibilizados na base.
- g) *Ausência de Vocabulário Controlado.*
Recomendações: fazer reunião para discutir a escolha dentre as opções adoção da taxonomia existente do CNMP, criação de uma ontologia no domínio jurídico ou uso do VCB do senado adotado pela RBMPF.
- h) *Controle de autoridade no DSpace.*
Recomendação: adicionar chaves de autoridade e valores de confiança em conformidade com as orientações técnicas adotadas.
- i) *Interface do sistema*
Recomendações: desenvolver uma interface mais interativa e mais amigável para o usuário não ter dificuldade de localização do que deseja, assim como já é feito em outros órgãos públicos.
- j) *Ausência de treinamento da equipe responsável pela inserção de dados no sistema.*
Recomendação: verificar possibilidade de inserção de treinamento específico para o DSpace, seja por meio de curso on line, seja por meio de treinamento presencial para os bibliotecários responsáveis pelas coleções de suas unidades.
- k) *Ausência de informações da BDMPF na comunidade Duraspace.*
Recomendação: providenciar o registro na comunidade Duraspace para promover a divulgação e obter suporte sobre o desenvolvimento do sistema que é dado pela comunidade.
- l) *Ausência de integração da BDMPF com outros ramos do Ministério Público da União.*
Recomendação: fazer levantamento de interesse dos outros ramos em compartilhamento de recursos informacionais.

Comunicação das recomendações

As recomendações indicadas podem ser apresentadas em reunião virtual com participação da Coordenadora da COPIB e Chefe da DBD e divulgação posterior para os demais Bibliotecários da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal por meio de correio eletrônico institucional e da área do bibliotecário do portal da RBMPF.

Implementação das recomendações

Sugere-se a criação de um calendário de avaliações e execução das recomendações para que num período de quatro anos, seja feita nova auditoria para acompanhamento das fases de implementação e solução dos pontos apontados.

5 Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma compreensão da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal sob a perspectiva da organização da informação e sua contribuição eficaz para recuperação da informação no MPF, além da análise do seu desenvolvimento por meio de indicadores de auditoria e qualidade dos metadados.

De um modo geral a BDMPF tem como proposta ser um repositório digital do conhecimento produzido pela instituição e com base nessa perspectiva, a equipe responsável pela biblioteca vem trabalhando arduamente para que cada vez mais haja evolução da plataforma e para que esta possa cumprir com sua função.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível perceber sua utilidade para o MPF principalmente ao tocante à busca pelos atos administrativos e nessa direção, o quanto é necessário se manter o trabalho de consolidação dos atos, pois se mostrou ser uma fonte importante e segura de pesquisa no âmbito da instituição. Como pode ser comprovado através do indicador de utilização da biblioteca, pois apresentou uma taxa baixa de não uso com 24 pontos, numa escala de 0 a 100, portanto, infere-se que a taxa de uso efetivo corresponde a 76, indicando um uso significativo da base e nesse sentido, aponta positivamente para a aceitação da BDMPF como o repositório institucional. Contudo, como todo projeto a BDMPF precisa ser periodicamente avaliada para identificar os pontos frágeis que precisam de ação pontual para sanar eventuais problemas que possam surgir. Ressalta-se como o repositório dentro de uma instituição contribui como uma fonte segura de informação e nesse sentido precisa ter aceitação principalmente da alta administração, pois necessita de estrutura para se desenvolver e isso foi confirmado ao decorrer da pesquisa, pois há uma preocupação da instituição em manter o projeto no planejamento estratégico do MPF. Houve também investimento em treinamento de pessoal responsável pelo desenvolvimento do sistema, mas que não englobou os demais envolvidos com a BDMPF, mesmo com a tentativa de sanar essa lacuna com vídeos e manuais, ainda assim é necessário essa interação para tirar dúvidas. A entrevista direcionada às diretoras da BDMPF proporcionou uma coleta de informações importantes para detectar como a biblioteca está estruturada atualmente e possibilitou uma visão ampla do projeto para saber como sua presença é demarcada na instituição. O entendimento é que o projeto ainda está em pleno desenvolvimento com suporte de TI determinado pelo planejamento estratégico institucional e que devido não ter sido concluído não seria apropriado a expansão para outros ramos do MPU. Outro ponto de destaque corresponde a limitação quantitativa de profissionais do quadro institucionais com capacitação no uso e desenvolvimento do Dspace, o que limita uma possível adoção

de mais recursos que o sistema pode oferecer e uma ampliação no desenvolvimento de coleções. Nesse sentido, a organização da informação no repositório também precisa de atenção especial, principalmente aos recursos de controle de autoridade e vocabular, uma vez que a falta desses mecanismos atinge negativamente a recuperação da informação desejada.

Diante dos objetivos específicos propostos, acredita-se que foram alcançados parcialmente os que se referem à análise do uso efetivo da coleção e o relatório de auditoria, porém devido a dificuldade de obtenção dos dados estatísticos solicitados e não atendidos atribuído à limitação do sistema, não foi possível a aplicação de outros indicadores de desempenho para uma avaliação mais abrangente da biblioteca digital. Outra limitação foi o estudo de viabilidade de expansão, o qual não foi concretizado totalmente em decorrência da falta do contato com os demais ramos do MPU para coletar dados de interesse e estrutura para criação de um consórcio de bibliotecas. Por isso, são sugeridas abordagens não abrangidas nessa pesquisa como perspectivas de desenvolvimento para trabalhos futuros, tais como: o estudo da percepção dos usuários vinculados ao MPF sobre a biblioteca digital; estudo sobre levantamento da estrutura do MPF para continuidade e manutenção do projeto; elaboração de um estudo de viabilidade de expansão da biblioteca para outros ramos do MPU e elaboração de uma ontologia no domínio jurídico que poderia ser reutilizável para demais instituições públicas.

6 Referências bibliográficas

AGUIAR, Francisco Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, Santa Catarina, 2013. Anais. Santa Catarina: ENANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4569/3692>. Acesso em: 03 dez 2019.

ARAKAKI, Felipe Augusto; ALVES, Rachel Cristina Vesu; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Dublin Core: state of art (1995 to 2015). **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.28, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.journals4free.com/link.jsp?l=8352625>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Contributos e convergências da ciência da informação e das ciências jurídicas para um adequado processo de busca de informação em jurisprudência. p. 15-24. In: LUISA NETO; RIBEIRO, Fernanda (Orgs.). **Direito da Informação na Sociedade em Rede**. Porto: FLUP, 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/85587/2/146701.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

BLATTMANN, Ursula; WEBER, Claudiane. DSpace como repositório digital na organização. **Revista ACB**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 467-485, nov. 2008. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/593/694>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de acesso à Informação. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Política de preservação digital**. 2016, versão 2. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Lei Orgânica do Ministério Público da União: Lei complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Brasília: MPF, 2010. 146p.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Portaria n. 687, de 20 de dezembro de 2011. Institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o decênio 2011-2020. Brasília: Procuradoria Geral da República. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/20697/PORTARIA%20PGR%20N%20c2%ba%20687-2011.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em 20 mar. 2020.

BRÄSCHER Marisa; MONTEIRO, Fernanda de Souza. Organização da informação em repositórios digitais. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ciência da Informação, Florianópolis, v.15, n.29, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/13705/12569>. Acesso em: 03 dez. 2019.

CASSELLA, M. Institutional repositories: an internal and external perspective on the value of IRs for researchers' communities. **Liber Quarterly**. 20, 2, 2010. p. 210-225. <DOI: <http://doi.org/10.18352/lq.7989>>. Acesso em 20 mar. 2020.

CHOO, Chun Wei. **Gestão de informação para organização inteligente**: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. Cap. 8. Aprender a ser inteligente. p 283-286.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. 2012. Disponível em: <<https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dces/>>. Acesso em 20 mar. 2020.

DSPACE. Documentação do Dspace. Disponível em: <<https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC6x/Authority+Control+of+Metadata+Values>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 07 jun 2018.

FORMENTON, Danilo et al. Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital. **Biblios**, Pittsburgh, n. 68, p. 82-95, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302017000300006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.414>.

GABRIEL, Martha. **Você, eu e os robôs**: pequeno manual do mundo digital. São Paulo: Atlas, 2018. 256p.

GARCIA, Emerson. Ministério Público: organização, atribuições e regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 696p.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral; MENDONÇA, Andrey Borges de. Manual do Procurador da República: teoria e prática. 2.ed. Salvador: Juspodium, 2015. 1061p.

GESTÃO Estratégica. O MPF. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf>>. Acesso em 20 mar. 2020.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador, EDUFBA, 2010.

HUMANTECH. **Gestão do Conhecimento**: o que é e por que aplicá-la na sua empresa. 2018. Disponível em: <<https://www.oconhecimento.com.br/gestao-do-conhecimento/>>. Acesso em: 20 mar.2020.

IBICT. WebProtegé. Disponível em:<http://labcoat.ibict.br/portal/?page_id=224> acesso em: 20 mar. 2020.

KEBEDE, Gashaw. Knowledge Management: An information science perspective. **International Journal of Information Management**. 2010, n. 30. p. 416-424. DOI: 10.1016/j.ijinfomgt.2010.02.004 .Acesso em: 8 jan. 2019.

KURAMOTO, Hélio. Open Access: esperança para ampliar a visibilidade da ciência brasileira. In: GOMES, Sandra Lúcia Rebel; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da (orgs.). **Incursões interdisciplinares: Direito e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue: Pensamento Brasileiro, 2012. 220p. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354632>. Acesso em 08 nov. 2019.

LIMA, João Sérgio Beserra de; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. Ciência da informação e gestão do conhecimento: uma análise de suas interseções. **Ciência da Informação**. set-dez. 2018, v. 47, n. 3, p. 107-116. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4289>>. Acesso em: 8 jan 2019.

LUISA NETO. Ciência da Informação e Direito: um novo paradigma de reconstrução do papel do Estado no contexto da sociedade global da informação. IN: RIBEIRO, F.; LUISA NETO; PERLINGEIRO, R. (Coords.). **A informação jurídica na era digital**. Porto: Edições Afrontamentos, 2012. 263p. ISBN 978-972-36-1262-2.

MARCIAL, Viviana Fernández. Gestión del conocimiento versus gestión de la información. **Investigación Bibliotecológica**, 2006, v. 20, n. 41, p.44-62.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 312 p.

MARTINS, Rúbia; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Direito e Ciência da Informação: uma possibilidade de interface disciplinar. **Ibersid**, v. 6, p. 145-152, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114679>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MINGHELLI, Thaís Domênica; CHISHMAN, Rove. **Ontologia jurídica e a relação de meronímia**. Veredas on-line: atemática, Juiz de Fora, n. 2, 2012, p. 85-103. ISSN: 1982-2243. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-6.pdf>> Acesso em: 19 mar 2020.

MOREIRA, Walter. Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. 164 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/190878>>.

NASCIMENTO, Felipe Mozart de Santana; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Organização da informação jurídica: a ontologia no contexto do business intelligence. **Revista Gestão.Org**, v. 13, Edição Especial, 2015. p. 456-465 ISSN 1679-1827. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22124>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

OLIVEIRA, Gilzirene Simone. Gestão da informação e do conhecimento como estratégia de negócios. XII SIMPEP. Bauru, SP, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2005.

PARKER, Stephen. Knowledge is Like Light: Information is Like Water. **Information Development**, vol. 16, no. 4, December 2000.

PICKARD, Alison Jane. Research methods in information. 2. ed. London: Facet Publishing, 2013. ISBN 978-1-85604-813-2.

PLAYFORTH, Clare. Subject Indexing in an Institutional Repository. **Catalogue & Index**; Sep.2018, Issue 192, p17-19. ISSN:00087629. Disponível em: <<http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/78192/>>. Acesso em: 03 dez 2019.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, [S.l.], v. 10, n. 1, p.9-40, set. 2008. ISSN 1982-3010. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

PORRO, Rodríguez, Yanielka; GÁLVEZ, Lisandra Veranes. Uso de la herramienta DSpace para la gestión de información: implementación de un repositorio institucional. **Revista Publicando**, [S.l.], v. 5, n. 14, p. 329-342, maio. 2018. ISSN 1390-9304. Disponível em: <<https://revistapublicando.org/revista/index.php/crv/article/view/1280>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

REBSTOCK, Michael. What is information management? Historical analysis and research programme implications. **Die Betriebswirtschaft**, 2014, n. 74, v. 1. p.67-81. ISSN: 0342-7064.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, António Moitinho. Indicadores de desempenho: ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. **BAD**, n.11, 2012. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/304/pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROMANETTO, L. M.; FERREIRA, J. B.; SANTOS, P. L. V. A. C. Indicadores para a avaliação de repositórios digitais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103491>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROSADO; Keila Mara Lara; DIAS, Célia da Consolação. Controle de autoridade de nomes de pessoas: uma proposta a partir da análise da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**. v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19129/16249>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SAEGER, Márcia Maria de Medeiros Travassos; OLIVEIRA, Maria Lívia Pacheco de; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. et al. Organização, acesso e uso da informação: componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação nas organizações. **PÁGINAS a&b**. S.n.3, v. 6, 2016, p 52-64. DOI <10.21747/21836671/pag6a4>. Acesso em: 03 dez 2019.

SANTOS, Ângela Sofia de Sousa. **Repositório Digital Seguro**: um modelo de requisitos para um provedor de serviços de certificação. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação. Universidade do Porto. 2015. 140f. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/feup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=416575>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SAYÃO, Luís; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flávia (orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 365p.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo França. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. 83 p.: il. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SILVA, Armando Malheiros da. É possível o diálogo interdisciplinar entre a CI e o direito? Esboço de uma “epistemologia prática”. p.19-28. In: GOMES, Sandra Lúcia Rebel; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da (orgs.). **Incursões interdisciplinares**: Direito e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Beco do Azogue: Pensamento Brasileiro, 2012. 220p. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354632>. Acesso em 08 nov. 2019.

SILVA, Armando Malheiros da. Pluri ou interdisciplinaridade? Ciência da informação e Direito. p.11-40. IN: RIBEIRO, F.; LUISA NETO; PERLINGEIRO, R. (COORDS.) **A informação jurídica na era digital**. Porto: Edições Afrontamentos, 2012. 263p. ISBN 978-972-36-1262-2.

SIMÕES, Maria da Graça de Melo; MACHADO, Luís Miguel Oliveira; SOUZA, Renato Rocha; Lopes, António Tavares. **Indexação automática e ontologias**: identificação dos contributos convergentes na ciência da informação. Ci.Inf., Brasília, DF, v.46, n.1, p.153-169, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/Dspace/handle/10438/25181>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SMITH, MacKenzie; BASS, Mick; MCCLELLAN, Greg. et. al. DSpace: An Open Source Dynamic Digital Repository. **D-Lib Magazine**, v.9, n.1, 2003. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january03/smith/01smith.html>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOUZA, Arthur Heleno Lima Rodrigues de; OLIVEIRA, Alexandre Faria de; D’AVILA, Raquel Tavares et al. O modelo de referência OAIS e a preservação digital distribuída. Ciência da Informação, Brasília, v. 41 n. 1, p.65-73, jan./abr., 2012.

TEMATres, 2020. Disponível em: <<https://www.vocabularyserver.com/>> Acesso em: 20 mar. 2020.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implantação. p. 93-114. In: VECHIATO, Fernando; GUEDES, Clediane; KOSHIYAMA, Débora et al. (orgs.). Repositórios digitais: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017. 271 p. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>. Acesso em 12 jun 2018.

Apêndice 1 – Guia de entrevista

INVESTIGAÇÃO DE MESTRADO

Organização da informação em repositórios institucionais: um estudo de caso da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro

Mestranda: Valéria Regina da Silva

Orientadora: | Doutora Olívia Pestana

GUIÃO DE ENTREVISTA

À Divisão da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro – DBD/COBIP/PGR -

1. Fale um pouco sobre as responsabilidades do gestor da BDMPF?
2. Como e em qual contexto surgiu a BDMPF? Tem documentos normativos? Qual ano de criação?
3. Como funciona a política de submissão dos documentos e processamento técnico? Quem são os responsáveis pela elaboração dessas normativas?
4. Qual principal finalidade da BDMPF? Há possibilidade de duplicidade/redundância de esforços/sistemas que cumpram com a mesma finalidade? Se sim, com quais sistemas?
5. Por que não há adoção pela indexação automática e auto-depósito dos documentos disponível no DSpace? e como é tratada a questão direito autoral?
6. O vocabulário controlado adotado é o mesmo adotado por outros sistemas? Há um padrão do controle vocabular em nível institucional?
7. Há previsão/estudo/interesse de ampliar a BDMPF para outros ramos do MPU? Quais os principais obstáculos detectados para seu progresso?

Apêndice 2 – Relação de documentos e sites analisadas

Documentos	
Lei complementar n.75	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.
Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	
Portaria nº 450, de 29 de maio de 2017	Institui a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal.
Portaria MPFn.357 de 05 de maio de 2015	Aprova o Regimento Interno Diretivo Ministério Público Federal.
Portaria n687 de 20 de dezembro de 2011	Institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o decênio 2011-2020.
Portaria PGR/MPF n.350 de 28 de abril de 2017	Dispõe sobre o Sistema Único do Ministério Público Federal e dá outras providências.
Portaria PGR/MPF n.382 de 05 de maio de 2015	Aprova o Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal.
Portaria PGR/MPF n.57 02 de fevereiro de 2016	Altera a Portaria PGR/MPF nº 687, de 20/12/2011, que instituiu o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o decênio 2011-2020.
Portaria SG/MPF n.942 de 15 de setembro de 2017	Estabelece a estrutura organizacional da Secretaria Jurídica e de Documentação.
Portaria SG/MPF n.363 de 11 de maio de 2016	Altera o Anexo da Portaria SG/MPG nº 382, de 5/5/2015, que aprova o Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal
Resolução CNMP n.123 de 12 de maio de 2015	Altera a Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa.
Resolução n. 63 de 1 de dezembro de 2010	Cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público e dá outras providências.
Sites	
Biblioteca Digital do Ministério Público Federal	
Biblioteca do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	
Biblioteca do Ministério Público Militar	
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	
Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal	

Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça
Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral
Biblioteca Digital do Senado Federal
Conselho Nacional do Ministério Público
Duraspace
Ministério Público do Trabalho